

“EXPORTAÇÃO DA DEMOCRACIA”: HEGEMONIA DO MODELO NEOCONSERVADOR NA POLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO?*

Peter Demant**

Introdução

Poucos meses após os devastadores ataques da Al-Qaeda contra as Torres Gêmeas e o Pentágono, em 11 de setembro de 2001, George W. Bush empreendeu um projeto geopolítico destinado não somente a punir os agressores e a deter possíveis futuros inimigos, mas a transformar a estrutura social, política e econômica dos Estados muçulmanos no Oriente Médio, considerados disfuncionais produtores de terrorismo e agressões. Esse projeto já estava implícito na invasão ocidental ao Afeganistão, do fim de 2001, e foi o que justificou a invasão ao Iraque, em março de 2003. Com altos e baixos, a política de exportar “valores americanos” para países culturalmente muito diferentes, com o objetivo de melhorar a segurança estadunidense, continua guiando a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) até hoje. O que vulgarmente é conhecido como “exportação da democracia” tem produzido uma série de efeitos domésticos e internacionais tão impressionante que alguns falam de “cataclisma”. A estratégia conseguiu, pelo menos até agora, preservar o território estadunidense de novos estragos prometidos pela Al-Qaeda e grupos terroristas afins. Além disso, de forma direta, afastou dois regimes hostis, ajudou indiretamente a transformar vários deles e influenciou uma série de outros.

Se o pior tem sido evitado, a nova estratégia está longe, no entanto, de ser um êxito fulgurante. Seria imprudente afirmar que a democratização prometida tem se consolidado no Afeganistão ou no Iraque, ou que o Oriente Médio está indo na direção desejada pelos EUA. Ou ainda que o terrorismo de origem islamista diminuiu ao redor do mundo. Em consequência de sua nova postura assertiva e (para muitos críticos) unilateralista, a posição global dos EUA mudou profundamente, rompendo alianças com velhos parceiros europeus e agravando tensões com outros Estados; o sistema de governança internacional constituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), já frágil e fragmentário, entrou em crise e o antiamericanismo se espalhou em muitas sociedades, no mundo muçulmano e fora dele. Encontram-se inúmeras críticas à “hegemonia dos EUA”. Se entendermos o conceito de hegemonia em seu significado

* Este artigo está baseado no *paper* homônimo apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), Caxambu, 25-29 de outubro de 2005.

** Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

gramsciano, como construção do consentimento (Cox, 1981: 126-155), é provável que seja mais correto dizer que a única superpotência é hoje **menos** hegemônica do que em qualquer outro momento desde o fim da Guerra Fria.

Neste artigo recordaremos brevemente as marcas da “Doutrina Bush” e discutiremos o quanto ela representa de ruptura com relação a políticas externas anteriores. Em seguida, analisaremos algumas fontes intelectuais da virada política estadunidense, associada à escola neoconservadora. Na última parte do texto, examinaremos algumas consequências do projeto “exportação da democracia” nos países-alvo do mundo muçulmano, com atenção particular às contradições que dificultam sua aplicação.

1. O 11 de setembro e a política externa estadunidense

1.1. Etapas da Doutrina Bush

Após o 11 de setembro, a administração Bush apontou o islamismo ou fundamentalismo muçulmano¹ violento como o desafio central à segurança dos EUA e, progressivamente, à convivência internacional em geral. Com isso e com as respostas que propôs, efetuou a mais drástica virada na política externa dos EUA desde o início da Guerra Fria. Seu ponto de gravidade deslocou-se de uma abordagem relativamente passiva do inimigo, objetivando sua contenção (durante a Guerra Fria) e a manutenção do *status quo* nos anos 90), para uma política ativa, objetivando uma revolução nas relações internacionais e no interior das sociedades; de (neo)realista para idealista; de uma abordagem quase totalmente estatocêntrica para uma que divide atenções entre Estados e fatores não-estatais; de eurocêntrica para médio-oriental. Hoje, os EUA estão dando mais atenção a questões de segurança do que à globalização econômica.

Tal virada na política externa estadunidense aconteceu em passos distintos, cada um deles mais radical do que o anterior. Embora não possamos reconstituir essa trajetória em detalhes, dada a falta de acesso a documentos relevantes, a evolução da reflexão interna da administração e seus estágios são bastante conhecidos.

O ponto de partida dessa trajetória não deixava vislumbrar o futuro próximo: em janeiro de 2001, George W. Bush chegava ao poder com um programa internacional que se diferenciava do de seu predecessor, Bill Clinton, e de seu concorrente democrata e ex-vice presidente, Al Gore, ao enfatizar o unilateralismo, a rejeição a embaraços estrangeiros e a recusa da “construção da sociedade civil” em nações recentemente democráticas – ou seja, todos os princípios caros à visão clintoniana. Havia um tom mais nacionalista, com ecos isolacionistas. Um ano depois, Bush abraçava um engajamento com o mundo externo muito mais intenso do que Clinton e iniciava o mais abrangente processo de “construção de nação” desde a democratização introduzida na Alemanha e no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

Os ataques de 11 de setembro, que causaram mais de 3.000 mortos além de feridos e danos econômicos astronômicos, foram uma surpresa completa tanto para o governo quanto para o público estadunidenses. Foram o primeiro ataque ao solo nacional desde a invasão britânica de Washington, em 1814, e a primeira agressão externa de tamanha extensão desde o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941. Em consequência, o 11 de setembro destruiu, num só golpe, o sentimento de segurança presente na consciência

coletiva estadunidense. Garantida há séculos pela situação geopolítica de isolamento do continente americano, esta “segurança grátis” foi minada pelas novas tecnologias e pelas guerras mundiais. Porém, sua percepção nunca foi seriamente afetada. O sentimento de segurança sobreviveu às ameaças de destruição que comportavam uma guerra nuclear com a União Soviética e fortaleceu-se com o desaparecimento desta.

Os atentados foram de um impacto sem precedentes por terem acontecido num período de paz contra alvos civis indefesos e por terem sido cometidos por um ator não-estatal.² Os EUA passaram a enfrentar um inimigo de tipo novo, invisível, sem estrutura localizável, sem reivindicações negociáveis, preparado para se suicidar e para atingir com a sua morte um grande número de civis estadunidenses. O governo dos EUA viu-se frente a um problema grave e inédito, que implicava simultaneamente questões de segurança imediata (como impedir ou limitar novos ataques?) e estratégica (como reagir e como influenciar as relações internacionais para prevenir uma repetição e, preferivelmente, erradicar seus autores?), intelectual (qual era a natureza do inimigo?), e emocional/doméstica (como acalmar uma população traumatizada, como lhe “vender” uma resposta?).

Uma seqüência de passos intelectuais e estratégicos logo conduziria os EUA a maciças intervenções no Oriente Médio. O passo mais crítico ocorreu de imediato, quando Bush definiu o atentado como um ato de guerra contra os EUA e não como um crime comum, ainda que de dimensões monumentais, que teria sido passível de tratamento policial ou judicial, ao invés de militar e político internacional. Bush declarou uma “guerra contra o terror”. Embora o conceito de “terror” se mostrasse seriamente deficiente – pois “terror” ou “terrorismo” referem-se a uma maneira de fazer a guerra ou de fazer uso da violência anticivil para fins políticos, mas não definem um inimigo concreto – tal “guerra” tornou-se logo o prisma mental pelo qual toda a política externa estadunidense se reorganizaria. E ela continua a ser seu maior princípio (Mead, 2004: 113).

Assim, os EUA decidiram que a guerra contra o terrorismo incluiria a pressão sobre qualquer Estado suspeito de o abrigar, tolerar ou ajudar. É possível que esse passo – de responsabilizar Estados pelo comportamento de terroristas estrangeiros presentes em seu território – tenha se inspirado no exemplo de Israel que, desde os anos 50, utiliza esse princípio para justificar incursões contra a Jordânia, o Líbano e a Síria, acusados de apoiar *fedaiyin* palestinos. No imediato, esse passo traduziu-se em uma pressão sobre o regime talebã do Afeganistão, acusado de abrigar Osama bin Laden. Em outubro de 2001, quando o governo em Cabul recusou-se a extraditá-lo, os EUA iniciaram, com o aval da comunidade internacional, uma invasão que depôs o regime islamista. Tanto a liderança talebã quanto bin Laden escaparam. Em seguida, os EUA pressionaram Filipinas, Somália, Sudão, Iêmen, Paquistão e outros Estados para ajudar na repressão a terroristas islamistas ativos em seus territórios. A política continua até hoje.

Uma segunda escalada aconteceu em janeiro de 2002 quando Bush associou publicamente o risco de armas de destruição em massa (ADMs) ao terrorismo e arrogou aos EUA o direito de travar uma guerra preventiva contra qualquer Estado ditatorial implicado na produção de ADMs e/ou na sua entrega a terroristas.³ Os EUA identificariam os terroristas e fariam o necessário para eliminá-los – junto com os regimes que os apóiam – por todos os meios necessários, em cooperação com outras potências se possível, mas sozinhos, se necessário.

Bush havia exposto uma idéia que antes só existira de forma implícita: a de que o terrorismo, apoiado por certas ditaduras, constituía a ponta-de-lança de forças negativas, autoritárias, repressivas e obscurantistas *globais*. Essas forças estariam em luta contra outras, defensoras da liberdade, da democracia e dos direitos individuais, representadas em primeiro lugar pelos EUA. As primeiras foram retoricamente subsumidas em um “eixo do mal”, incluindo nomeadamente o Iraque, o Irã e a Coréia do Norte. A determinação do quadro dos associados desse clube não foi explicitada. Tratava-se de três ditaduras abjetas, mas bastante diferentes entre si, sendo duas inimigas veementes, deixando de fora outros sérios “candidatos” como a Líbia e a Síria, sem falar do Paquistão, detentor da única “bomba islâmica” declarada. O conceito não foi repetido depois, mas a expressão continuou colada a Bush, que ganhou, na opinião pública internacional, o rótulo de presidente maniqueísta e simplista com sua imagem do mundo como uma luta cósmica entre forças do Bem e do Mal. A religiosidade de Bush, de fato, aproxima-se do fundamentalismo protestante, o que, junto à sua tendência a enxergar o mundo dilacerado entre luz e escuridão absolutas, retórica moralizadora de cunho cristão, levou críticos como Tariq Ali a contrapor “dois fundamentalismos”: o de bin Laden lutando contra o de Bush (Ali, 2002). Ainda que na cosmovisão bushiana uma certa rigidez puritana dificilmente pudesse ser negada, a caricatura criou uma imagem popular de Bush como pouco inteligente e levou muitos a subestimar a política externa dos EUA. Trata-se, porém, de uma simplificação, pelo simples fato de a política externa não ser propriedade particular do presidente.

Assim começou abertamente a ser estabelecida a associação entre a luta contra o terrorismo (meta de segurança) e a luta pela transformação de regimes autoritários, em particular no mundo muçulmano, em democracias (meta política). De fato, o Oriente Médio era uma das poucas regiões não atingidas pelas consecutivas ondas de democratização das últimas décadas, sendo a mais recente a que libertou a Europa oriental. A maioria das alianças informais que os EUA teceram na região durante a Guerra Fria se fazia com autocracias caracterizadas por graus diversos de repressão. O novo inimigo foi logo identificado com o islã radical, anti-ocidental e anti-democrático, cujos movimentos cresciam no bojo dos Estados muçulmanos.

Mas a nova ênfase dada à democracia como panacéia para diminuir a atração da opção islamista logo começou a colocar sob pressão amizades entre os EUA e seus aliados, os líderes tradicionais do Egito, da Jordânia, do Marrocos, etc. No caso da Arábia Saudita, a conjuntura se tornou ainda mais embaraçosa quando ficou claro que a maioria dos executores dos ataques do 11 de setembro, além do próprio Osama bin Laden, eram súditos sauditas. Maior produtor petrolífero do mundo, a Arábia Saudita fora, a partir da Segunda Guerra Mundial, o aliado-chave, incondicional, dos EUA no Oriente Médio. O regime absolutista saudita sempre se ancorou no wahabismo, leitura fundamentalista ultrapuritana do islã, bastante próxima à ideologia jihadista da Al-Qaeda. A pressão estadunidense para que o governo saudita tomasse uma atitude menos cúmplice com grupos terroristas produziu fortes tensões com os EUA e internamente.

Observa-se, assim, compromissos estadunidenses internacionais cada vez mais radicais. O passo a seguir seria o de insistir na “mudança de regime” de Estados autoritários, em cujas respeitadas afirmações de intenções pacíficas não se poderia confiar. No entanto, uma coisa era querer o desarmamento nuclear de ditaduras

suspeitas de colaborar com terroristas, outra coisa era a transformação de regimes políticos. A resistência dos regimes alvejados contra a demanda de se desvincularem de grupos considerados pelos EUA como terroristas e/ou de se desarmarem implicou numa escalada de tensão, cujo clímax seria a invasão militar. As intervenções no Afeganistão e no Iraque foram explicitamente lançadas para eliminar regimes hediondos e não só para caçar terroristas ou encontrar ADMs. Inevitavelmente, porém, os EUA viram-se obrigados a assumir a responsabilidade pela ocupação. A presença física, militar, estadunidense tornou-se pré-condição para a supervisão do processo de democratização: amplo projeto de engenharia social e de construção da nação – e ápice de um processo político que levaria em poucos meses a administração Bush a uma reversão completa de seus princípios republicanos tradicionais!

A assertividade em reivindicar o direito de definir quem é o inimigo, o unilateralismo na afirmação de que nenhum fator externo impediria o governo dos EUA a tomarem as medidas que considerava indispensáveis para a sua segurança, o princípio da guerra preventiva, a vontade de manter sua supremacia militar, a expansão (a princípio ilimitada) do alcance das intromissões justificadas pela nova conjuntura, tudo isso causou um grande desconforto internacional. A simpatia original com as vítimas do 11 de setembro evaporou-se rapidamente, cedendo lugar a suspeitas de que a nova estratégia estadunidense, apresentada como reação ao terrorismo, fosse, na realidade, imperialista. Por um lado, a incapacidade dos EUA para apaziguar essas dúvidas inviabilizou a tarefa diplomática de gerar uma coalizão internacional para atacar o Iraque; por outro, abriu oportunidades à França, à Alemanha, à Rússia e a outras potências para efetivar manobras “anti-unipolaridade”. O resultado: uma fenda ainda não-consertada entre as maiores potências ocidentais, uma crise nas instituições multilaterais e uma polarização entre os EUA e quase todo o resto do mundo.

1.2 Continuidade ou ruptura?

A Doutrina Bush representou na política externa estadunidense uma virada cujas conseqüências estão longe de se esgotar. Como toda revolução, essa política antiislâmica assertiva passou por um período de preparação, sendo o apogeu concreto de processos sociais e intelectuais de maior duração e, às vezes, subterrâneos, que funcionam como um processo de aprendizagem sobre como a sociedade estadunidense deveria reagir ao islamismo violento. A história de como os EUA chegaram a tal situação é complexa. Antes de analisar suas linhas de força – em particular, o papel do pensamento neoconservador e do debate acadêmico sobre o islã – uma pergunta se coloca: em que medida o pós-11 de setembro foi expressão de uma metamorfose? Quais são as novidades e quais os prolongamentos com relação a fatores anteriores? As opiniões estão divididas entre os especialistas.

O especialista francês em movimentos islamistas Olivier Roy, vê uma tendência para o unilateralismo já no governo Clinton e considera o 11 de setembro um ataque terrorista “normal”, em que acontece com certeza uma combinação técnica inédita e em grandes proporções, mas ainda assim com meios convencionais (Roy, 2002: 10). O elemento novo estaria, então, na *percepção* de um inimigo de novo tipo, invisível e sem claras demandas. Ora, a subsunção dos ataques em um esquema universal quase

metafísico de Bem vs. Mal, desvinculado da situação concreta dos autores desses atentados – que, sabemos agora, se nutrem de radicalismo religioso e antiimperialista – impossibilitava uma reflexão mais aprofundada sobre suas causas, que são, pelo menos parcialmente, médio-orientais (*idem*:12). Mas a administração Bush negligencia uma possível ligação dos ataques com a política estadunidense de apoio a Israel. Como resultado, sua estratégia repetirá essencialmente as políticas estadunidenses anteriores. O apoio dos EUA a Israel continuaria com Bush tão nítido quanto o havia sido sob Clinton.

De fato, a definição da reação estadunidense ao 11 de setembro ocorreu em um período de exacerbação da segunda *intifada*, com atos terroristas palestinos (artilharia palestina alvejando cidades israelenses, ataques de homens-bomba contra ônibus, boates, etc.) e violentas represálias israelenses (reocupação parcial dos territórios palestinos, incursões na Cisjordânia e em Gaza, esboço do plano da “muralha chinesa”, assassinatos seletivos de supostos terroristas, etc.). A simpatia pública nos EUA estava muito mais do lado israelense do que do palestino. Havia quase que uma identidade entre a visão de Bush e a de Sharon, que não escondia sua intenção de marginalizar a Autoridade Palestina. Para Roy, o “eixo do mal” (referência ao “império do mal” de Reagan) simplesmente retoma em versão nova os conceitos de *rogue states* e da “dupla contenção” simultânea, do Iraque e Irã, de Clinton e Madeleine Albright. Independentemente da real responsabilidade pelos atentados, a aliança estadunidense-saudita continua, tanto quanto a postura de confrontação com o Irã. A deterioração de relações entre o Paquistão e a Índia também antecedeu o 11 de setembro. Escrevendo antes da guerra do Iraque, Roy via na guerra do Afeganistão a única inovação e concluía que “a nova doutrina estadunidense é um *patchwork* de decisões tomadas antes do 11 de setembro”(idem:81). Ou seja, o que aparece como virada é, de fato, continuidade.

Com ênfases variadas, a tese da continuidade, que minimiza o impacto atribuído aos neoconservadores, é compartilhada por vários analistas de esquerda (tais como Noam Chomsky, Edward Said e Immanuel Wallerstein), cujo ponto de partida insiste na continuidade do sistema capitalista e dos interesses das grandes empresas estadunidenses que supostamente ditam sua política externa.⁴Do outro lado do espectro político, analistas mais próximos dos republicanos dão maior destaque às discontinuidades entre as administrações Clinton e Bush. Walter Russell Mead, do Council on Foreign Relations, embora ciente de que Clinton e Bush são em certos aspectos gêmeos siameses (“*joined at the hip*”), aponta que Bush herdou uma pauta de problemas não-resolvidos por seu predecessor. Após o pessimismo “declinista” dos anos 80 – que teve Paul Kennedy como seu mais conhecido protagonista⁵ – os anos 90 teriam sido seriam uma época perdida para a política externa dos EUA devido ao *hybris* da “hiperpotência”, doravante unipolar e com forte crescimento econômico, que havia acreditado, em uma apropriação superficial do conceito fukuyamiano do “fim da história”, que a democracia capitalista tinha vencido a batalha das ideologias, que todos os regimes autoritários remanescentes estavam fadados a desaparecer e que, portanto, só seria preciso esperar por sua democratização. Em conseqüência, Clinton teria arrumado “parceiros”, promovido intervenções em algumas situações para salvar populações civis (aliás, amplamente muçulmanas: na Somália, Bósnia e Kosovo), apoiado várias iniciativas para incentivar a sociedade civil árabe (como a do

National Endowment for Democracy – NDI) e intensificado as tentativas para resolver o conflito israelo-palestino, mas não havia pressionado ativamente regimes não-democráticos. Até mesmo a política econômica “globalizante” de Clinton não teria sido implementada de forma consistente, já que os EUA mantinham, não menos do que a União Européia, barreiras protecionistas “fordistas”. Poderíamos avaliar a política externa clintoniana, conforme Mead, como uma mistura caótica de neo-realismo tradicional com impulsos humanitários-wilsonianos pontuais.

No entanto, os EUA não atuaram em profundidade contra os perigos que estavam crescendo. Não prestaram atenção ao fato de que as alianças da Guerra Fria – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a cooperação com a Europa ocidental, etc. – estavam em vias de desarticulação e que o anti-americanismo estava crescendo por todas partes e, particularmente, no mundo muçulmano. Até que o 11 de setembro obrigasse Bush a fazer uma *volte-face* na estratégia dos EUA e revolucionasse sua política externa, chegando a abraçar um projeto de teor wilsoniano de “tornar o mundo seguro para a democracia”.

O contraste entre essas duas visões, a da continuidade imperialista e a da descontinuidade pós-11 de setembro, é obviamente determinado por questões ideológicas. Com seu olhar mais historicizante, John Lewis Gaddis consegue matizar a polarização, lembrando que a guerra preventiva, o unilateralismo e a imposição do poder supremo (“hegemônico”) já foram marcas da estratégia de segurança dos EUA introduzidas por John Quincy Adams e Andrew Jackson em 1814.

Gaddis observa que a reação característica estadunidense a ameaças externas é a *expansão* de seu poder (em vez de “buscar abrigo” ou outras posturas defensivas, igualmente possíveis, teoricamente). Porém, a expansão do poder global dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial – reação “expansiva” a um perigo de segurança subestimado – acontecera, sob inspiração estratégica de Franklin Delano Roosevelt (FDR), de forma oposta, não-tradicional: sem guerra preventiva, sem declarações de supremacia de poder, e sim por meio da aliança multilateral com a Grã-Bretanha e a União Soviética, aliança que depois engendrou a criação da ONU. Sob FDR, os EUA conseguiram estabelecer uma hegemonia por consentimento e, durante a Guerra Fria, seus sucessores conseguiram consolidar essa hegemonia pela supremacia moral, não atacando a União Soviética, mesmo quando possível, e estimulando a prosperidade e a liberdade em sua esfera de influência. Para Gaddis, manter passivamente o mundo comunista serviu para mostrar ao Ocidente que existia uma alternativa pior do que a supremacia dos EUA.

Ou seja, Gaddis entende que durante a Guerra Fria, em função de sua vantagem moral, os EUA não precisaram fazer uso de sua supremacia para que as populações da Europa ocidental, do Japão e de outras nações aceitassem a sua proteção. Nenhuma das revoluções comunistas aconteceu na Europa ocidental e o Ocidente pôde aguardar que o sistema comunista desmoronasse com o seu próprio peso.⁶ Gaddis (2004: 64) supõe que a continuidade, quase que em “piloto automático”, dessa política cautelosa dos EUA foi o que teria evitado a emergência, após 1989, de uma aliança anti-hegemônica, como previsto pela teoria realista. Porém, a surpresa do 11 de setembro teria criado um perfil de risco novo e tão elevado que teria forçado Bush a abandonar a estratégia rooseveltiana e a retornar a posturas anteriores, unilateralistas, de guerra

preventiva e mais abertamente hegemônicas. Mesmo assim, essa continuidade com relação às posições jacksonianas conteria, na realidade, uma ruptura. A ruptura ou elemento inovador da posição de Bush consistiria na elevação da ameaça terrorista a um nível antes reservado somente a ditaduras expansionistas, como a Alemanha e o Japão, o que teria conduzido diretamente à enunciação da Doutrina Bush (*idem*: 84-86).

É útil enfatizar o caráter universalista e não-culturalista da posição de Bush. A tese huntingtoniana, alternativa pessimista à visão de Fukuyama, anuncia um choque de civilizações provocado pela contestação da supremacia ocidental e pelo processo de globalização: tendências que colocariam quase que fatalmente o Ocidente e o islã em rota de colisão. Samuel Huntington mostrava-se cético quanto à idéia de uma acomodação da civilização islâmica com a modernidade e preconizava uma política de defesa dos valores ocidentais. Seu artigo, “Clash of Civilizations”, publicado em 1993, provocou um amplo debate nos meios acadêmicos e políticos nos EUA. No entanto, não se pode dizer que Huntington tenha influenciado a política externa de Clinton, que se agarrava essencialmente a uma esperança de modernização, democratização e convergência civilizacional praticamente automáticas.

Tais esperanças foram sacudidas pelo 11 de setembro: o medo de um choque de civilizações ressurgiu. Na realidade, observam-se nos últimos anos, tanto nos EUA quanto na Europa, mais e mais expressões de islamofobia, racismo contra árabes e muçulmanos, xenofobia e protecionismo cultural. Nos EUA esse fenômeno vinculava-se a idéias de superioridade da civilização ocidental e/ou do cristianismo e ao excepcionalismo estadunidense, muitas vezes isolacionista; na Europa, por motivos ligeiramente diferentes, engloba reflexos “da rua”, além de reflexões intelectuais (Demant, 2004: 178-181).

A postura “huntingtoniana” nunca fez, porém, parte da doutrina Bush ou da política externa decorrente dela. Ao contrário, a filosofia de Bush aceita a análise da convergência de todo o mundo em direção à democracia capitalista, distinguindo-se do original de Fukuyama, mais otimista, apenas pela rejeição do “automatismo” dessa transição. A Doutrina Bush incorpora a crença de que o cisma entre modernidade democrática e autoritarismo iliberal não se justapõe às linhas divisórias entre civilizações, mas as cruza. Ou seja, o inimigo não é o islã, mas certas forças extremistas e reacionárias no bojo do mundo muçulmano, identificados como “o islã radical”. O mundo muçulmano em si não é menos passível de transformação do que o próprio Ocidente. Mas, como essas forças, cuja emergência é explicada como reação ao fracasso da modernização no mundo muçulmano, começam a ameaçar a segurança dos EUA, é preciso intervir. Na reconstrução bastante perspicaz de Gaddis, tal visão leva diretamente às intervenções iniciadas pelos EUA no intuito de “exportar a democracia”. Com isso chegamos à fonte intelectual mais influente e coerente da política externa estadunidense: o neoconservadorismo. Ele não é, no entanto, sua única fonte.

2. As fontes do projeto “exportação da democracia”

Quais seriam as origens intelectuais do conceito de expansão da democracia no âmbito da política externa dos EUA? A mais importante fonte intelectual é, sem dúvida, o neoconservadorismo. Provavelmente, um grupo de pressão que passou a fazer parte

da administração Bush promove o neoconservadorismo. Além dos *neocons*, seis outras forças a favor da “exportação da democracia” se destacam, ainda que não inerentemente, mas por motivos contingenciais:

1. a direção predominante no debate acadêmico sobre o Oriente Médio e o islã,
2. o idealismo internacionalista e antiisolacionista, que remete à tradição de Woodrow Wilson,
3. o capitalismo neoliberal internacionalista,
4. a linha protestante fundamentalista,
5. o patriotismo conservador e
6. os lobbies étnicos.

Também em prol do programa de Bush, deve-se destacar a provável fragilidade das contra-tendências.

Antes de introduzirmos as forças em jogo, para contextualizar um resumo da história das idéias, é útil lembrar como o neoconservadorismo, o movimento intelectual que preparou o terreno para a reação geopolítica ao 11 de setembro, encaixa-se no processo de transformações sociais e culturais bem mais amplas da sociedade ocidental em geral e da estadunidense em particular. Destacamos três aspectos relevantes dessa transformação:

- uma gradativa **inclinação à direita**, causada por fatores demográficos (por exemplo: a taxa de natalidade mais alta dos fundamentalistas cristãos, a geração que sucede a dos *baby-boomers*, a imigração de populações provindas do terceiro mundo com mentalidades mais tradicionalistas, etc.) e por fatores sociais e ideológicos (por exemplo: os problemas sociais e pessoais atribuídos à “revolução contracultural” dos anos 60, a percepção de que as respostas antiimperialistas tradicionais se esgotaram, o sentimento de vazio espiritual, aguçado pelo relativismo que sucedeu à queda do marxismo).
- a revolução tecnológica-informática que conecta as sociedades e aprofunda a reflexividade da “modernidade radicalizada” (Giddens, 1991) está produzindo uma **conscientização da globalização**, um conhecimento melhor sobre as relações internacionais e uma intensificação, entre camadas cada vez mais amplas, da reflexão sobre o papel dos EUA no mundo.
- a **percepção do islamismo como ameaça global** e do Oriente Médio como fonte e exportadora da violência identitária e a crescente consciência de que os problemas daí decorrentes podem ser amenizados, mas não resolvidos, por políticas econômicas menos egoístas, já que estão baseados em diferenças culturais.

Com o objetivo de situar as forças em prol do projeto “exportação da democracia”, é importante tentar traçar o panorama ideológico estadunidense atual. A tipologia esquerda-direita européia é de pouca utilidade para entender a política estadunidense, caracterizada pela fragilidade histórica do socialismo e do movimento trabalhista. Outras forças além da luta de classes moldaram as linhas de batalha: federalismo e

regionalismo; escravidão, raça e discriminação; questões de identidade grupal, religião e moralidade sexual, etc. Além disso, não há (mais) correlação fácil entre posições domésticas e externas, ao contrário do tempo da guerra do Vietnã, quando os *liberals* tendiam a se identificar como “pombos” e os *conservatives* como “falcões”. Mesmo assim, baseado nesse espectro clássico, propomos uma classificação das correntes de política externa estadunidense em seis categorias (Demant, 2004b)⁷: nova e velha esquerda, os neo-realistas, os culturalistas, os paleoconservadores e os neoconservadores. À exceção da primeira, a influência dessas linhas pode ser identificada na política externa de Bush. No entanto, o *input* neoconservador é o mais marcante.

(1) geralmente à esquerda dos democratas, a **nova esquerda** constituída por neomarxistas, antiimperialistas e relativistas culturais é o núcleo duro da oposição às intervenções; os destaques são Noam Chomsky, Edward Said e Immanuel Wallerstein.

(2) a **velha esquerda**, lembrando a social-democracia europeia, é composta por progressistas anticomunistas cuja linha condutora é a ênfase ao universalismo e uma visão criticamente positiva do Ocidente e da globalização; fortemente opostos ao islamismo extremista, seus seguidores geralmente favorecem as atuais intervenções; Thomas Friedman e Paul Berman são alguns nomes conhecidos dessa linha, amplamente democrata;⁸

(3) os **neo-realistas** – usando o termo aqui de maneira ampla, i.e. incluindo todo o espectro de consenso entre neo-realistas “duros” e neoliberais – são encontrados tanto entre democratas quanto entre republicanos. De maneira geral, é correto dizer que os realistas controlaram a política externa dos EUA desde o começo da Guerra Fria até 2001, tendo como marcas a contenção, a dissuasão e as alianças com regimes anticomunistas, independentemente de seu caráter interno. O último princípio levou os EUA a apoiarem regimes não-democráticos no Chile, na Nicarágua, na Indonésia, nas Filipinas, no Irã, na África do Sul, etc. Donald Rumsfeld e Condoleezza Rice inicialmente pertenciam a essa linha,⁹ mas, fortemente criticados pelo neoconservadorismo que defende um idealismo de direita, acabaram convertendo-se a posições mais intervencionistas. São estatocentristas e enxergam a vida internacional como um tabuleiro de xadrez em que o principal é a busca da hegemonia. Os neo-realistas tendiam a minimizar o papel das idéias e das ideologias, estando pouco preparados, portanto, para entender um islamismo que rejeita o Estado-nação e o cálculo racional. Após 2001, o neo-realismo encontrou-se sem idéias próprias para explicar o fenômeno islamista cuja emergência não previra. Contudo, a tendência neo-realista é politicamente bastante heterogênea, englobando uma gama que vai de posições mais multilateralistas e a favor de um institucionalismo neoliberal, como Zbigniew Brzezinski, até os pessimistas mais duros, como Henry Kissinger e John Mearsheimer.

(4) os **culturalistas** mostram maior sensibilidade a fatores intangíveis como a religião e estão, portanto, melhor equipados para entender o fundamentalismo e o terrorismo como reações à percebida “invasão ocidental” psicológica, etc. No entanto, eles estavam mais em evidência na academia do que na política. Samuel Huntington e Robert Kaplan pertencem a essa tendência, sem nítido rótulo partidário, que também conta com vários representantes entre os orientalistas.

(5) menos representados na academia e na mídia do que as demais tendências até recentemente, talvez em consequência do nível de sua argumentação, considerada pouco

sofisticada ou *salonfähig* pela maioria dos “*opinion leaders*”, os **paleoconservadores** constituem uma coalizão pouco coesa de protestantes fundamentalistas mobilizados em torno de temas pró-família e contra a permissividade sexual – Jeremy Falwell, Pat Robertson, etc.; nacionalistas estadunidenses anticomunistas e antiglobalistas opostos a intervenções “idealistas” – Patrick Buchanan, por exemplo; e *libertarians* que denunciam as intromissões do Estado federal na vida do indivíduo e dos Estados da federação e rejeitam a previdência social e a ação afirmativa. Para essa velha direita, o único argumento na política externa deveria ser o interesse nacional dos EUA. Criticam, portanto, as intervenções estadunidenses “altruístas” ou do tipo “exportação da democracia” ou “construção de nação”. Encontram-se no Partido Republicano e à sua direita.

(6) ex-esquerdistas anticomunistas desapontados que migraram para a direita, os **neoconservadores** constituem um grupo que identifica o poder dos EUA como força para o bem no mundo. Mantêm de suas origens progressistas uma visão universalista e militantemente pró-democracia. Coluna vertebral ideológica do atual intervencionismo tipo “exportação da democracia”, foram representados no primeiro governo de Bush, por exemplo, por Richard Perle (membro do *Defence Policy Board Advisory Committee*), Douglas Feith (subsecretário da defesa) e Paul Wolfowitz (vice-secretário da defesa).¹⁰ Analisaremos esta corrente mais detalhadamente.

2.1. O neoconservadorismo

2.1.1. a emergência dos neoconservadores

A exemplo das demais correntes, os neoconservadores – rótulo controverso e recusado por alguns – não constituem um grupo homogêneo, mas se encontram na confluência de uma variedade de características e de grupos: universalistas progressistas, culturalistas, a esquerda cristã, etc. Têm em comum uma ideologia bastante coesa que enfatiza uma preocupação com a posição global dos EUA como baluarte anticomunista e como protótipo de sociedade justa, avançada e promissora de liberdade, modelo a ser promovido no exterior tanto por motivos éticos quanto de segurança. Os neoconservadores, freqüentemente ex-esquerdistas desapontados, opõem-se a todos os totalitarismos: “anteontem a Alemanha nazista, ontem a União Soviética, hoje o islamismo”. São os campeões da exportação agressiva de valores que chamam de “americanos”, mas que são difíceis de distinguir do pacote da modernização: liberdades individuais, democracia, economia de mercado, segurança coletiva, etc. Seus heróis são, portanto, Roosevelt, Truman e Reagan. Os “neocons” são bem mais idealistas que a direita tradicional, mas seu idealismo, que deságua num ativismo moralizador, raramente ganha aplausos do resto da humanidade – suposto beneficiário da preconizada cruzada democrática.

O termo “*neocons*” ganhou destaque internacional quando a Doutrina Bush adotou a essência de suas posições no final de 2001 e em 2002. Como linha ideológica, porém, o neoconservadorismo é bem mais velho, começando a se cristalizar como “paleoliberais” que rejeitaram o “nihilismo” e a permissividade do movimento estudantil/anti-Vietnã dos anos 60. Os neocons originais foram Irving Kristol e Norman Podhoretz, editores do periódico *Commentary*, originalmente uma publicação bastante

progressista sob o patrocínio do *American Jewish Committee*, que defendia (além de Israel) posições socialistas e a favor dos direitos civis e da integração dos negros. Afinal ficaram desapontados com seus resultados. Esses primeiros ideólogos se irritaram com o que perceberam como um antiamericanismo exagerado da contracultura. Nos anos 70, convergiram para um liberalismo anti-soviético, crítico da política “amoral” de distensão com a União Soviética e a China, promovida por Nixon e Kissinger, aplaudindo as posturas mais firmes de Henry (‘Scoop’) Jackson, que insistia na liberdade de emigração para os judeus soviéticos. De fato, o tom anti-soviético pode bem ter tido – a análise não é consensual¹¹ – sua fonte na origem trotskista de muitos neoconservadores da primeira geração, tais como Martin Seymour Lipset, Jeane Kirkpatrick e o próprio Kristol. Leo Trotski e seus discípulos estadunidenses desenvolveram a partir dos anos 30 uma crítica ao “desvio burocrático” da União Soviética, Estado proletário “degenerado”. Trotskistas dissidentes, como Max Shachtman e James Burnham, rejeitaram, portanto, a postura de “apoio crítico” ao que viam como uma nova sociedade coletivista, mas injusta e com sua própria classe dominante. Esta visão, que foi o estopim de uma cisão no movimento trotskista estadunidense, atraiu muitos jovens judeus, filhos de imigrantes do leste europeu, hostis à burocratização que afetava tantas organizações trabalhistas e socialistas. Para autores como Lind (2004), a visão trotskista da revolução permanente, que culmina na transformação socialista do mundo inteiro, sofreu uma metamorfose e se tornou o que é hoje o projeto neoconservador de expansão global da democracia capitalista.

O estudioso da história da filosofia política Leo Strauss (1899-1973), da Universidade de Chicago, é às vezes também considerado uma raiz da árvore genealógica dos neoconservadores. Mais claramente à direita, crítico antiliberal da democracia e da modernidade que divorcia ciência e valores e conduz ao relativismo, Strauss foi o mestre, entre outros, do crítico da cultura multiculturalista Alan Bloom e de Paul Wolfowitz. A obra de Strauss é, porém, passível de ser interpretada de diversas formas e o seu vínculo com o neoconservadorismo é controvertido.

Muitos neoconservadores chegaram a entrar no Partido Republicano.¹² Nos anos 80, Reagan se tornou, ao olhar neoconservador, o grande herói que derrotou o “império do mal” soviético, interpretação evidentemente rejeitada por historiadores que apontam a crise interna e/ou as tentativas reformistas de Gorbachev como causa primária da implosão da URSS. No campo doméstico, Reagan foi importante como promotor do novo capitalismo desregularizado”, atacou os sindicatos e as rede de proteção aos trabalhadores e iniciou o desmantelamento do sistema de previdência social. Em geral, porém, os neoconservadores encantam-se menos com esse aspecto do que a velha direita ligada ao “*big business*” e não são tão hostis ao Estado do bem-estar social, privilegiando questões de política externa. No entanto, o *curriculum* de Reagan no quesito “exportação da democracia” não impressiona. Suas intervenções contra a Líbia e o Irã (aliás, mais inspiradas pelo combate ao terrorismo do que pelo ideal da democracia universal) deixaram de realizar suas metas. Embora mal-sucedidos, os ataques já anunciavam o aprofundamento do envolvimento estadunidense no Oriente Médio. Jeane Kirkpatrick, representante dos EUA na ONU, defendia ditaduras de direita como preferíveis a democracias de esquerda; em 1983 os EUA invadiram Granada, derrubando seu regime pró-cubano.¹³

Uma segunda geração neoconservadora começou a se expressar nos anos 80: políticos e intelectuais associados à administração Reagan, como Elliott Abrams e Carl Gershman, consideravam a introdução da democracia doravante mais importante do que o apoio cego aos amigos dos EUA. Tiveram influência na “mudança de regime” que levou à queda de Marcos nas Filipinas, em 1987, e de Pinochet no Chile, em 1988, com a subsequente democratização desses países. Mas Abrams se perdeu no escândalo “Irã-contras” da Nicarágua.¹⁴ A influência neoconservadora declinou ainda mais quando o fim da Guerra Fria pareceu tornar supérfluas posições militantemente anticomunistas. Nos anos seguintes, os neoconservadores continuariam apoiando Taiwan contra a China e protestando contra a aproximação estadunidense ao governo de Pequim, responsável pelo massacre da Praça Tienanmen, em 1989, e por outras violações aos direitos humanos.

Os otimistas anos 90 representaram provavelmente a “maré baixa” para os neoconservadores, que lamentaram o desfecho da Guerra do Golfo de 1991, que deixou Saddam Hussein no poder. Foi, para os EUA, também um momento de crescente relevância do Oriente Médio e do islamismo radical. O conflito israelo-palestino representou, sem dúvida, o maior engajamento internacional de Clinton, cujas tentativas de mediação se alinhavam essencialmente às posições da esquerda sionista (Paz Agora). Coroado com sucesso nos Acordos de Oslo, assinados entre Rabin e Arafat na Casa Branca em 1993, o processo de paz entre Israel e a Autoridade Palestina afundou, porém, no desastre da cúpula de Camp David, em 2000. A mesma época evidenciou uma aproximação entre os neoconservadores e a direita israelense, cujo líder, Binyamin Netanyahu, promotor da posição ocidental intransigente contra o terrorismo, além de posições neoliberais em questões macroeconômicas, chegou ao poder (1996-1999) aplaudido pelos neocons estadunidenses. Outra referência israelense será Natan Sharanski, ex-“preso de Sião” no *gulag* soviético, libertado graças à pressão internacional de inspiração neoconservadora, e que se tornou político de direita e Ministro no governo de Sharon.¹⁵ Enquanto a esquerda (moderada) israelense, judaica e estadunidense em geral optava pela solução de dois Estados, os neoconservadores nos EUA juntaram-se ao Likud, em Israel, na oposição a um Estado palestino independente. Mesmo quando esse princípio se tornou inviável, promoveram uma aliança militar entre Israel e a Turquia – muçulmana, mas democrática e não-árabe – para conter a Síria, o Irã e, na época, o Iraque.

Já em 1998, os neocons do *think tank* “Projeto para o Novo Século Americano” (*Project for the New American Century* – PNAC) assinaram uma carta aberta a Clinton pedindo uma intervenção militar para afastar definitivamente do poder Saddam Hussein,¹⁶ que aos poucos se libertava dos entraves impostos pelo embargo internacional, explorando contra os EUA a miséria que as sanções haviam trazido ao povo iraquiano e, pensava-se, preparando ADMs em segredo. Mas posições similares eram encontradas também entre especialistas ligados ao governo Clinton e a eliminação de Saddam não era necessariamente vista como o prelúdio à democratização do Iraque¹⁷: só o 11 de setembro proporcionaria aos neoconservadores a oportunidade de um *comeback*, transitando do anticomunismo ao antiislamismo.

Os ideólogos da atual geração neoconservadora reafirmam ruidosamente que os EUA deveriam usar seu “poder para fazer o bem”: se quisessem, os EUA poderiam se

opor ao projeto totalitário islamista e derrotá-lo com um novo “expansionismo democrático”. Mas, para implementar tal programa, afirmam, é mister que os EUA assumam uma atitude mais pró-ativa e mais imperial em política internacional, menos engessada por instituições e parcerias multilaterais como a ONU, considerada anti-estadunidense e inepta para lidar com o desafio. Para os neoconservadores, o mundo deveria se livrar de ditaduras antiocidentais, seculares e teocráticas, e de “Estados falidos” como o Afeganistão ou a Somália, exportadores de terroristas. Depois dessa “faxina”, a comunidade internacional se encarregaria do controle político e econômico desses países e facilitaria sua entrada no mundo globalizado. Caso a comunidade internacional não pudesse fazê-lo, então os EUA deveriam assumir essa tarefa.¹⁸ Os neocons são, portanto, os pioneiros da guerra preventiva no vocabulário político estadunidense, ainda que não sejam os autores de sua justificativa legal ou ética.

Qual é a influência dos neoconservadores, hoje representados pelo *Weekly Standard*, sobre o governo Bush? A questão é controvertida, pois essa corrente tem se tornado alvo de críticas por todas as demais. Pode-se errar exagerando ou subestimando sua importância. Durante o primeiro governo Bush, políticos como Paul Wolfowitz e Richard Perle tiveram posições *neocon*. A influência do *American Enterprise Institute* e do PNAD na formulação da Doutrina Bush é provável. É certo que Bush – cuja biografia o coloca ideologicamente mais próximo da velha direita cristã – e Rumsfeld logo definiram Saddam Hussein como a maior ameaça à liberdade das nações e à paz mundial, conforme o entendimento *neocon*. No primeiro governo Bush, apenas o secretário de Estado Colin Powell e a velha guarda neo-realista do Departamento de Estado mantiveram oposição às teses *neocon*. Os neoconservadores pressionaram com êxito a favor da guerra no Iraque, que logo se tornou o símbolo da “cruzada democrática” proclamada por Bush.¹⁹ Críticos dessa guerra, porém, argumentaram que a ênfase no Iraque obscureceu o perigo maior: Osama bin Laden.

2.1.2. o caráter não-tradicional do neoconservadorismo

Dois **traços universalistas** distinguem os “neos” dos “paleos”, que, aliás, queixam-se freqüentemente de que os neocons não são conservadores autênticos e que não passam de “intrusos” em seu campo. Em primeiro lugar, os neoconservadores consideram os EUA um modelo democrático capitalista válido para todas as sociedades humanas.²⁰ Têm uma visão evolucionista e linear da história humana, em que os EUA ocupam a posição de sociedade mais avançada e “guia” das demais, semelhante ao papel que a União Soviética tinha na cosmovisão comunista. Os paleoconservadores, por sua vez, não consideram que exista um modelo para todos nem que a democracia é universal, mas – na linha de Burke, de Maistre etc. – que todas as sociedades deveriam se manter nos seus próprios moldes nacionais-culturais. Aos EUA não caberia “exportar” ativamente seus princípios, mas apenas defender sua posição privilegiada e dar o bom exemplo.

Em segundo lugar, há que se considerar que, embora esteja implícito um certo determinismo no pensamento neoconservador²¹, os neocons são essencialmente voluntaristas em questões internacionais: decisões humanas corretas trazem progresso, decisões erradas levam a catástrofes. Daí a obsessão neoconservadora com os exemplos

históricos do nazismo e do apaziguamento dos anos 30: os erros são evitáveis e pode-se aprender com a história (o “uso da história para fazer história” lembra Hegel e Marx e implica numa visão otimista da humanidade). Os paleoconservadores, pelo contrário, são deterministas culturais e não raramente pessimistas quanto à “humanidade decaída”, revelando suas raízes cristãs. Portanto, os neoconservadores acreditam que seja possível, a princípio e em certas condições, introduzir/facilitar uma transformação modernizadora e emancipadora do mundo muçulmano. Os paleos rejeitam essa possibilidade ou a consideram indesejável. Alguns dentre eles admiram no islã exatamente os valores puritanos cuja perda lamentam no Ocidente e, portanto, clamam por uma aproximação islâmico-cristã como frente comum contra a modernidade do sexo livre, do aborto, do álcool e das drogas; outros enxergam o islã como a falsa fé, anti-cristã por excelência, e neste caso, clamam por uma maior militância para fazer frente à “onda herética”.

Observamos acima que a posição neoconservadora sobre a “exportação da democracia” não é completamente homogênea nem original. De fato, essa construção integra quatro elementos que têm origem em outras das seis tendências ideológicas: (1) o conceito “islamofascista” (com clara distinção entre islã e islamismo) emprestado da velha esquerda universalista (Paul Berman, por exemplo); (2) a convicção sobre a viabilidade de se exportar valores, emprestada dos culturalistas “ativos” como Bernard Lewis; (3) a definição da exportação de valores americanos, tais como a democracia, enquanto interesse nacional, emprestada dos neo-liberais e neo-realistas de esquerda (Joseph Nye e a idéia do *soft power*, por exemplo); (4) a revalorização da supremacia global estadunidense e o desdém com relação ao multilateralismo, emprestado de certa tendência militarista da velha direita.

A atenção que os neoconservadores dão ao Oriente Médio antecede de longe a conjuntura atual e corresponde, sem dúvida, à identidade judaica de muitos neoconservadores – o que é lembrado por alguns de seus inimigos paleo no campo conservador a fim de marginalizá-los.²² Com sua tradição de articulação verbal e de participação política, os judeus dos EUA estão, porém, desproporcionalmente representados em *todas* as correntes ideológicas (exceto na velha direita, fortemente cristã e ocasionalmente anti-semita). Além disso, Jeane Kirkpatrick, Max Boot, Michael Novak, Francis Fukuyama, Fareed Zakaria, Michael Lind, entre outros neocons, não são judeus. É verdade, porém, que se encontram poucos *wasps* do litoral oriental estadunidense entre os neoconservadores.

A visão neoconservadora do islã e do Oriente Médio não está destituída de contradições internas. Essas contradições podem se manifestar, por exemplo, quando as nações democratizadas por intervenções ocidentais optam por políticas antiocidentais, problema que discutiremos adiante. A conexão entre o poder geopolítico estadunidense e o projeto de progresso universal cria um problema para caracterizar a proposta neoconservadora como claramente de direita ou de esquerda. Por um lado, a instrumentalização neoconservadora do poder dos EUA no mundo não condiz completamente com a direita clássica; por outro, por mais que sejam arquitetados para serem “benignos”, os planos do projeto neoconservador podem incluir o risco de aventuras neocoloniais indesejáveis e contraproducentes.²³ A mistura de tantos elementos de ascendência intelectual, além dos resultados altamente polêmicos do

projeto neoconservador na esfera internacional, fazem com que o debate acerca da “exportação da democracia” continue acirrado nos EUA e no resto mundo.

2.2. Outras fontes

Com sua visão rigorosa e intelectualizada, o neoconservadorismo constituía o maior estímulo ideológico para o governo Bush em sua posição pró-intervencionista democrática. Observemos agora algumas forças que, de forma mais indireta, também alimentam ou apóiam o projeto.

2.2.1. o debate acadêmico sobre o Oriente Médio e o islã

Durante a fase mais quente da Guerra Fria, a Alemanha e a Europa centro-oriental foram o centro do braço-de-ferro americano-soviético, sendo a Ásia setentrional-oriental e a Indochina frentes secundárias. Mas na percepção geopolítica dos EUA, o Oriente Médio, núcleo histórico, ideológico e geográfico do mundo muçulmano mais amplo, moveu-se nos últimos 30 anos em direção ao centro de suas atenções. Já nos anos 70, Brzezinski cunhava a expressão “arco de crise” para indicar a vasta região que se estende da África do Norte até a Indonésia, passando pela Ásia ocidental e meridional:²⁴ mundo amplamente muçulmano – mas incluindo importantes exceções como a Índia – que começou gerando, e continua atualmente concentrando, a maior parte dos conflitos violentos do mundo. Essa zona tem uma série de marcas em comum com outros países do terceiro mundo pós-colonial, mas exhibe algumas especificidades enfrentando uma crise tríplice: (1) o fracasso do desenvolvimento sócio-econômico e cultural, (2) a luta entre ideologias incompatíveis – o fundamentalismo muçulmano antimoderno contra ideologias de modernização nacionalistas, socialistas ou liberais, e (3) o alto grau de militarização.

Durante a Guerra Fria, a influência soviética era vista como a principal causa da crise, mas, desde que esta terminou, a turbulência oriunda do mundo muçulmano cresceu ao invés de diminuir e o problema da extrema concentração dos meios de violência em sociedades altamente autoritárias e patriarcais se complicou com o desenvolvimento de correntes terroristas e com o risco da proliferação de ADMs. Os elementos religiosos dos problemas e/ou das soluções (dependendo da ideologia do observador) destacaram-se ainda mais, fazendo com que a discussão no Ocidente se voltasse mais para o próprio islã.

O estudo sobre o Oriente Médio e de suas línguas e culturas, sobre o islã e as sociedades muçulmanas era tido, nos EUA, como bastante esotérico até a Segunda Guerra Mundial. A partir de então passa a ser estudado com uma abordagem mais sociológica e contemporânea do que as tendências filológicas e arcaizantes dos estudos orientais clássicos na Europa. A história da subsequente polarização e politização desse campo é complexa, mas importante (Demant, 2004a: 334-339). Sua relevância reside no fato de que a interpretação do mundo muçulmano em centros de pesquisa se tornou um *input* significativo na moldagem das políticas estadunidense, ao lado de outros filtros, tais como os vários prismas ideológicos, os relatórios de jornalistas e diplomatas, os interesses militares e econômicos, etc.²⁵

A visão predominante nos anos 50 e 60 foi a da “escola da modernização”, que incentivava países recém-independentes a seguir o caminho ocidental como *via regia* para o desenvolvimento. Mas, quando ficou claro que esse caminho não levaria às soluções esperadas e que os problemas do “arco da crise” haviam se aprofundado, as teorias ocidentalizadoras (tanto “burguesas” quanto marxistas) entraram em crise. Nos anos 70, críticas à instrumentalização do “orientalismo” pelo imperialismo receberam um forte estímulo por meio das análises foucaultianas de Edward Said. O relativismo cultural penetrou o campo dos estudos médio-orientais por um viés antropológico e começou a colorir as discussões sobre o islamismo. Nos anos 80 e 90, uma larga polarização ocorre em todo o campo de “estudos orientais”, sobretudo nos EUA, país que concentrava o maior número de especialistas e o maior grau de institucionalização desse campo de estudos. Doravante a tendência predominante foi a da esquerda pró-árabe, pós-marxista ou pós-modernista, “externalista” por projetar para fatores externos, como o colonialismo ocidental, a raiz da “crise do arco”. O conflito israelo-palestino, cuja causa parecia estar na intransigência sionista, foi outro fator que exacerbou essa briga acadêmica. Além disso, os EUA receberam um grande número de alunos e pesquisadores de ascendência médio-oriental ou muçulmana que chegaram a ocupar postos nas universidades. Muitos deles defendiam posições antiimperialistas.

Com o desmoronamento do pan-arabismo, as simpatias se transferiram para o islamismo, que por algum tempo foi visto mais como força emancipadora (“tendência revolucionária progressista disfarçada”) do que como ameaça. Acadêmicos mais conservadores, pró-sionistas e/ou críticos do islamismo perderam influência. Assim se criou uma divisão entre a cena acadêmica, bastante islamófila, e os centros decisórios de política externa, pró-israelenses – divisão não superada até hoje. Enquanto a amizade com Israel foi axiomática, a política estadunidense para com o resto do mundo muçulmano careceu de consistência. Nesse sentido, basta lembrar as reviravoltas sofridas pela estratégia estadunidense com relação à guerrilha islamista anti-soviética no Afeganistão que se tornaria terrorismo anti-ocidental, ou o regime de Saddam Hussein, apoiado nos anos 80 como baluarte contra o expansionismo islamista iraniano, mas atacado nos anos 90. Contudo, em termos gerais, o xiismo era considerado uma ameaça muito mais importante do que o sunismo, o “bom islã”. Esses equívocos resultaram da predominância, nos aparelhos da política externa estadunidenses, de análises neo-realistas, pouco aptas a entender fenômenos como o islamismo e o terrorismo, e na reticência de pesquisadores mais à esquerda em criticar as patologias islamistas incipientes.

A hegemonia da esquerda pró-árabe evaporou-se instantaneamente após o 11 de setembro. Autores como Edward Said e John Esposito viram-se empurrados à defensiva. Ao mesmo tempo, o reflexo patriótico que os atentados despertaram “liberou” abordagens culturalistas antes marginalizadas. Bernard Lewis, Martin Kramer, Kanan Makiya (“Samir al-Khalil”), Isam al-Khafaji, Fouad Ajami, Amir Taheri, Bassam Tibi, Noah Feldman e outros podem ser considerados “internalistas” por encontrarem no próprio islã (ou em outros fatores endógenos) as causas da crise. Esses autores estão entre aqueles – já ativos mas “submersos” antes do 11 de setembro – que a partir de 2001 desenvolveram a lógica para a democratização do Oriente Médio, região “recalcitrante” que, argumentava-se, continuaria a exportar extremismos para o resto

do mundo caso não fosse ajudada a efetuar a necessária modernização. Outros escritores, ensaístas e jornalistas, desenvolveram análises influentes, como as do “islamofascismo” (Paul Berman) ou do “ocidentalismo” (Ian Buruma e Avishai Margalit), ou trabalharam sobre a incompatibilidade entre o “Lexus” da globalização e a “oliveira” fundamentalista (Thomas Friedman).²⁶

Duas qualificações devem ainda ser feitas. Primeiro: as análises de autores internalistas são de qualidade muito heterogênea e nem todas estão a favor das intervenções do tipo “exportação da democracia” – os mais reticentes se aproximando do pessimismo de Huntington no que diz respeito à transferência de valores entre civilizações. Muito melhor informados do que os políticos ao redor de Bush, os especialistas acadêmicos foram os primeiros a criticar as políticas mal-planejadas de ocupação do Iraque e, em certas previsões, fadadas ao fracasso.

Segundo: a influência das idéias sobre a política é sempre difícil de se determinar. Observa-se um nítido paralelismo entre as opiniões expressas pelos autores citados acima e as posições defendidas depois pela administração. Mas, o governo de Bush tem mantido uma prudente distância das análises mais extremas, como as de Daniel Pipes, que considera o islã (e não apenas o islamismo) como inerentemente não-liberal e incompatível com os valores estadunidense, além de ter preconizado restrições à imigração muçulmana. O governo Bush foi cuidadoso ao não demonizar o islã e ao falar publicamente em termos positivos sobre a fé islâmica, protegendo, assim, os muçulmanos estadunidense da islamofobia. Com isso, rejeitou implicitamente a teoria do choque de civilizações. Neocons como Wolfowitz entendiam o conflito não como cultural, mas ideológico, e chamavam a atenção para a necessidade de uma reforma liberal dentro do islã.²⁷ Assim, idéias oriundas do *milieu* orientalista nutriram a convicção sobre a viabilidade das intervenções no mundo muçulmano.

2.2.2. o idealismo internacionalista

Embora os neoconservadores não tenham sido os únicos internacionalistas a influenciarem a política externa estadunidense, foram, provavelmente, os que deram maior ímpeto ao projeto de “exportação de valores americanos”. A crença na maleabilidade da sociedade humana – e da sociedade internacional – integra as predisposições culturais estadunidense tanto quanto o seu oposto, o excepcionalismo americano. De fato, posições idealistas antiisolacionistas descendem de uma respeitável tradição que remete a Woodrow Wilson. Com altos e baixos, os internacionalistas ganharam força ao mesmo tempo em que, gradualmente, o isolacionismo diminuía no século XX. A partir da Segunda Guerra Mundial, o isolacionismo tornou-se praticamente inviável como opção, embora continuasse influenciando a mentalidade popular. Durante a Guerra Fria, posições liberais internacionalistas estavam fora de moda, mas a idéia de que a americanização do mundo era boa para os EUA e a preferência liberal pelo livre comércio e a segurança coletiva como meios de promover tal meta sempre tiveram seguidores. Hoje eles se encontram tanto entre os representantes da esquerda moderada quanto entre os neo-realistas. Um exemplo é um pensador estratégico multilateralista como Zbigniew Brzezinski, bem a par da perigosa combinação de petróleo, ADMs e radicalismo religioso no Oriente Médio, que acusa o

governo Bush de ter desmontado em poucos meses as coalizões pró-ocidentais construídas pacientemente e a duras penas. Mas, no final das contas, Brzezinski não se desvincula do intervencionismo: embora esteja preocupado com o isolamento diplomático dos EUA e sugira uma maior sensibilidade cultural na guerra do Iraque, entende que cabe aos países trazer para o mundo uma revolução globalizante: “Em última instância a combinação equilibrada de democracia americana e hegemonia americana é o que no momento oferece a melhor esperança para a humanidade evitar uma rivalidade global que seria debilitadora” (Brzezinski, 2004:180). No debate público, a combinação de vozes cautelosas e críticas ao unilateralismo, mas não hostis ao próprio projeto “exportação da democracia”²⁸, adicionou peso e prestígio às pressões mais diretamente políticas concentradas dos neoconservadores. Recentemente, porém, as desavenças da aventura iraquiana estão novamente nutrindo a oposição intelectual, tanto da esquerda quanto dos neorealistas²⁹, dos paleoconservadores (Gray, 2004) e mesmo no interior do campo neoconservador.³⁰

2.2.3. o capitalismo neoliberal internacionalista

Muitas grandes empresas, cujos interesses foram tradicionalmente protegidos pelo Partido Republicano, apóiam a Doutrina Bush. O presidente é um claro representante da nova fase no desenvolvimento do capitalismo “milênio” que, pela primeira vez, chegou ao poder nos EUA com a “reaganômia” dos anos 80 – mais individualista, com menos proteção e menos burocracia, mas dando maiores oportunidades para aproveitar as novas tecnologias e realizar lucros. A precondição de seu florescimento, supostamente benéfica para todos, consiste na desmontagem do Estado “fordista”, ou seja, do capitalismo “regulado” de cunho social-democrático, programa “neo-hamiltoniano” (Mead, 2001:84-89). Embora as críticas da esquerda do tipo “nenhum sangue por petróleo” tivessem um viés caricatural, é inegável que quando se empreende, sob patrocínio dos EUA, a democratização e a modernização de toda uma sociedade, tal processo cria oportunidades comerciais e de investimento para as empresas estadunidenses envolvidas, mesmo que o empreendimento como um todo arrisque sobrecarregar a economia estadunidense. Ainda assim, a classe empresarial não tem sido muito expressiva no debate político sobre o Oriente Médio, provavelmente por estar dividida em grupos com interesses diferenciados.

2.2.4. o crescimento da linha cristã fundamentalista

Os fundamentalistas cristãos nunca estiveram tão politicamente ativos como atualmente devido ao seu forte crescimento demográfico e à sua ascendência social, cultural e regional.³¹ É comum a experiência religiosa pessoal, muitas vezes por meio da conversão, e o engajamento do crente, “renascido em Cristo”, dar um conteúdo ético e moralmente correto à vida. Rejeitam-se a permissividade e o individualismo a favor do comunitarismo. Na política externa, isto se traduz por uma repugnância ao amoralismo e ao oportunismo, associados às políticas realistas. De toda forma, os fundamentalistas nunca foram muito interessados pela política internacional. Haveria, na teoria, uma ponte com o teor moralizador da Doutrina Bush, porém, tradicionalmente, os fundamentalistas tendem ao isolacionismo (combinado ao

ativismo missionário) e a outras posições “paleo” patrióticas e antiliberais.³² Bush, pessoalmente à vontade com a mentalidade “evangélica”, conseguiu superar obstáculos e se beneficia de um grande apoio entre os crentes, cujo nacionalismo se junta à fé nas campanhas entre alunos de *campi* cristãos para se alistar no exército, por exemplo. Recentemente, talvez sob a influência neoconservadora, cristãos fundamentalistas vêm se tornando mais expressivos na política externa – ver manifestações nesse sentido no *Institute for American Values* e em outras instituições conservadoras e/ou religiosas.

Esses elementos criam uma situação paradoxal frente ao islã. Os fundamentalistas cristãos compartilham com os fundamentalistas muçulmanos a rejeição à modernidade, ao individualismo e à soberania do povo. Um católico conservador como Buchanan propõe uma frente comum com o islã contra a imoralidade da esquerda universalista e critica o apoio estadunidense a Israel (Buchanan, 2004). Mais freqüentemente, por outro lado, o antagonismo entre o cristianismo e o islã leva a posições agressivamente islamóforas, anti-árabes e pró-israelenses. Coalizões, surpreendentes à primeira vista, se formaram entre protestantes conservadores e judeus ortodoxos na defesa comum de Israel. Retomando preconceitos tradicionais, televangelistas como Pat Robertson encaram o islã como uma falsa crença, inerentemente bélica e incapaz de autoreforma (Robertson, 2002). O processo implica uma “neoconservadorização” dos evangélicos estadunidense? Se for o caso, o perfil crescente dos fundamentalistas, em geral pouco identificados com as raízes seculares da democracia, constitui um apoio indireto ao projeto de exportação da democracia.

2.2.5. o patriotismo conservador

O nacionalismo expansionista foi um fator importante na expansão territorial dos EUA no século XIX e na sua posterior fase imperialista além-mar. Freqüentemente, sobrepondo a orientação cristã fundamentalista, representa o oposto do reflexo isolacionista. Reflexo de “defesa da pátria-mãe”, quase automático em caso de ataque, as ameaças à segurança dos EUA provocaram em geral reações expansionistas (Gaddis, 2004: 13). O padrão se reproduziu de forma extrema após o 11 de setembro. A raiva popular instantânea adicionou uma força espontânea que facilitou a tarefa de forjar o apoio bipartidário à Doutrina Bush e explica o entusiasmado apoio popular inicial às invasões ao Afegão e ao Iraque, além da reeleição de Bush em novembro de 2004. Esse sentimento popular fez com que fosse difícil imaginar qualquer administração tomando um rumo geopolítico **oposto** àquele da reafirmação do poder estadunidense escolhido por Bush, o que não quer dizer que não havia alternativas diplomáticas ao unilateralismo. Mas muitos observadores destacam os limites da perseverança popular estadunidense em manter compromissos externos até que estejam concluídos, impaciência que constrangeria um verdadeiro projeto imperial (Ferguson, 2004).³³

2.2.6. os lobbies étnicos

Os lobbies étnicos estavam presentes na definição do projeto “exportação da democracia” desde o início, como instigador e como freio. A organização no seio dos grupos ideológicos ou nacionais sempre marcou os EUA, sociedade de imigrantes. Sua participação informal na política externa é muito mais aceita hoje do que no passado

e pode até ser considerada como fazendo parte do processo de emancipação grupal numa sociedade multiculturalista de identidades plurais e “hifenizadas”. Tal atuação inclui contatos com correligionários no exterior e atividades políticas em prol dos objetivos internacionais do grupo. Percebe-se o quanto a pressão organizada pode ser efetiva em casos como a da política externa em relação à Polônia ou à questão irlandesa, consideravelmente influenciada por grupos civis estadunidense de ascendência polonesa e irlandesa. O Oriente Médio, com seus grupos étnicos e religiosos em conflito, é uma fonte particularmente rica para esses grupos de pressão. Em certos casos, nos EUA, um grupo nacional apenas reforça uma determinada política preexistente, como no caso dos iranianos californianos, que fizeram aumentar a hostilidade oficial estadunidense à república islâmica. Em outros casos, porém, a política externa deve acomodar vetores opostos. Assim, não surpreende que a política externa pareça às vezes um meio termo entre influências opostas de lobbies domésticos e a prudência diplomática, tendo que equilibrar, por exemplo, reivindicações articuladas por estadunidense armênios com a preservação de boas relações com a Turquia, Estado pivô; pressões cruzadas de judeus estadunidense e lobbies muçulmanos e/ou árabes interferem continuamente no conflito israelo-palestino.

Esses grupos também se envolveram na questão da “exportação da democracia”. Ora, como observado acima, a comunidade judaica está muito dividida por diferentes correntes religiosas e por posicionamentos antagônicos com relação aos conflitos do Oriente Médio. A luta contra o anti-semitismo e a defesa de Israel são praticamente consensuais, mas não a concretização dessas metas, refletindo a polarização existente em Israel. De modo geral, a comunidade judaica, tradicionalmente democrata e progressista, está se inclinando para posições mais à direita, embora a maioria simpatize mais com os trabalhistas do que com a visão do Grande Israel. Por motivos históricos, muitos judeus abraçam posições bastante universalistas e aplaudem as intervenções estadunidense no Oriente Médio que prometem melhorar a segurança do Estado judeu. Outros esperam que as turbulências em outras partes do Oriente Médio diminuam as pressões que pesam sobre Israel. O “lobby judaico”, institucionalizado no AIPEC (*American Israel Public Affairs Committee*), é considerado bastante eficiente. Na realidade, seria mais correto falar de um *lobby* pró-israelense, pois exclui judeus anti-sionistas mais à esquerda ou à direita (ultraortodoxos) e inclui os milhões de protestantes fundamentalistas que por motivos teológicos defendem Israel. De modo geral, o lobby pró-Israel apóia fortemente o projeto “exportação da democracia”. Já foi assinalado que os judeus são proeminentes no movimento neoconservador, mas não há unanimidade. A preocupação com o bem-estar de Israel leva alguns a preferir autocratas árabes conhecidos a uma experiência árabe democrática e popular, talvez mais intransigente frente ao Estado judeu.

Por motivos opostos, o lobby árabe-muçulmano é, em geral, contra as intervenções. Como grupo de pressão, contudo, a comunidade árabe, majoritariamente cristã nos EUA, constitui uma presença sem grande peso na política externa. Muçulmanos não-árabes, muitas vezes descendentes de imigrantes indianos, convertidos negros e brancos entre outros, também gravitam para posições pró-árabes. Mas, desde o 11 de setembro, os árabes e os muçulmanos encontram-se em uma posição delicada nos EUA, sofrendo com as manifestações de anti-arabismo e islamofobia, experimentando

o mesmo complexo incômodo de “dupla lealdade” que os judeus conhecem tão bem. As comunidades árabe e muçulmana estão também bastante divididas em camadas social e economicamente bem integradas, tradicionalmente pró-republicanas, e grupos mais marginalizados tendendo à esquerda antiimperialista. Há insatisfação com o que se percebe como um viés pró-sionista do governo. Mas, enquanto há, por um lado, a suspeita de que a “exportação da democracia” simplesmente equivale à imposição do poder estadunidense sobre o mundo árabe e/ou ao enfraquecimento do islã, existem igualmente pressões opostas. Imigrantes iranianos, iraquianos, libaneses e outros refugiados do mundo muçulmano que pessoalmente sofreram com a falta de liberdade em seus países tendem mais à acomodação ou até “*over-identification*” com os “valores americanos”. Muitas dessas diásporas pressionam *a favor* do projeto “exportação da democracia”, o que lembra a atitude de poloneses e russos americanos que defendiam posições anticomunistas.

Enfim, se os neoconservadores podem ser considerados a força determinante da virada na política externa, é provável, de toda forma, que as forças descritas acima também tenham sido importantes para preparar o terreno para a implementação dessa política e que tenham se tornado igualmente seus instrumentos. Na última parte deste texto faremos uma análise resumida sobre os resultados internacionais do projeto “exportação”, focalizando o que parece ser alguns de seus problemas inerentes que limitam seu êxito.

3. O projeto democrático neoconservador na prática: realizações e inconsistências

Uma análise detalhada da aplicação e dos resultados da política de exportação da democracia transcenderia o escopo deste artigo. É possível, porém, identificar alguns problemas nessa política que não são acidentais e sim, provavelmente, consequência das contradições internas da Doutrina Bush.

O 11 de setembro e a adoção do projeto “exportação da democracia” introduziram mudanças dramáticas nas relações entre os EUA e quase todos os Estados do resto do mundo, aliados e potências hostis. Vê-se, agora, uma paisagem estratégica que sofreu profundas transformações que não podem ser atribuídas a uma só causa. De modo geral, as tensões entre os EUA e a Europa se devem a discordâncias sobre as modalidades da luta contra o terrorismo, embora haja consenso sobre a superioridade da democracia. Já, as discordâncias com vários países do mundo muçulmanos (e talvez a Rússia) têm origem na rejeição ao próprio projeto de democratização.

Desde 1945, o laço com a Europa ocidental tem sido o eixo central da luta estadunidense contra o comunismo. Esse laço continua a ser o fundamento da OTAN e a cooperação se baseia, exatamente, em valores e interesses comuns de sociedades capitalistas e democráticas. Num primeiro momento, a maioria dos europeus apoiou a guerra contra o terror. Porém, apenas um ano e meio depois, a guerra preventiva contra o Iraque provocou uma ruptura, obrigando os EUA a forjarem uma frouxa *coalition of the willing*, de caráter multilateral visivelmente artificial. Ainda que o próprio projeto bushiano não contasse com muito entusiasmo do outro lado do Atlântico, é questionável que o **conteúdo** da nova estratégia estadunidense tenha sido o responsável pela ruptura. França, Alemanha, Bélgica, Itália, etc. não se opõem à expansão da democracia, mas

duvidam da urgência do projeto e recusam o método impositivo e ‘imperial’. Fatores não menos importantes foram o tom agressivo das declarações estadunidense³⁴, a inexperiência e por vezes grosseira inaptidão da diplomacia de Bush, além da vontade explícita europeia, francesa em particular, de minar a unipolaridade.

Já o esfriamento das relações com a Rússia se deve nitidamente à própria Doutrina Bush e não apenas a como ela foi ‘vendida’. A Federação Russa enfrenta em seu território um sério desafio terrorista. As reações bastante brutais das autoridades russas adicionaram-se à preocupação ocidental com as tendências autoritárias que estavam solapando as jovens instituições democráticas do país. As críticas externas tornam-se, paradoxalmente, um elemento que nutre a virada autoritária, legitimada internamente com a idéia, basicamente eslavófilas, da superioridade da autocracia na história e no presente russos (Pipes, 2004). Uma lógica semelhante parece fazer parte das relações entre EUA e China.

É sem dúvida no mundo muçulmano e em particular no Oriente Médio, alvo central do projeto “exportação da democracia”, que as realizações e as inconsistências da nova política externa estadunidense se mostram mais evidentes.

Falemos, primeiramente, das realizações. De maneira geral, observa-se um quadro tão contraditório e fluido que é prematuro falar de conclusões definitivas. Os dois *test cases* mais fortes, Afeganistão e Iraque, depois da intervenção militar, estão hoje sob ocupação ocidental e vivendo em seus governos e sociedades uma experiência transformadora abrangente. Nos dois países iniciaram-se processos democráticos. A alta participação popular nas eleições, além do crescimento da sociedade civil (imprensa livre, auto-organização de mulheres, minorias, etc.) parecem apontar para um apoio significativo à experiência. Mas, nos dois casos, os obstáculos são formidáveis, e sobreviventes do *ancien régime*, talebã e ba’thista respectivamente, travam uma resistência feroz. A conseqüente falta de segurança repercute negativamente sobre a reconstrução da sociedade e da economia e sobre a institucionalização democrática (Demant, 2005: 35-55).

Em outros países árabes ocorrem igualmente evoluções interessantes. Por todos os lados líderes autocráticos estão embaraçados com o dilema entre reforma e repressão. Cada uma dessas opções envolve o perigo de desestabilização. Em regimes com fraca legitimidade, a reforma rumo à democracia, como no Marrocos, Egito ou ainda, muito cautelosamente, na Arábia Saudita, sempre implica o risco de perda do poder. Foi assim que a Síria perdeu o Líbano. Mas a política oposta, a repressão em Estados tais como a Síria, também pode causar uma revolução – não necessariamente democrática. É difícil determinar o quanto da tendência à reforma se deve às dinâmicas internas ou à pressão externa. Movimentos democráticos e um embrião de organização da sociedade civil existiram, fracos, antes do 11 de setembro no Egito, no Kuwait, etc. Mais recentemente eles se expressam também por meio da ONU, a exemplo dos três relatórios do *Arab Human Development Project*. Por outro lado, a democratização parou ou nunca decolou em países que não sofrem pressão estadunidense, como a Jordânia e a Tunísia.

A Palestina e a Turquia constituem dois casos especiais. No primeiro, o desaparecimento de Arafat em 2004, a proximidade da democracia israelense, a ausência de um Estado próprio e a influência de agências e ONGs ocidentais são fatores propícios à democratização; por outro lado, a violência da intifada e das represálias israelenses

tendem a solapar essas condições favoráveis. A corrupção nas instituições da Autoridade Palestina e a posição contraditória do Hamas, que combina pressões democratizantes dentro da comunidade palestina com uma atuação terrorista contra Israel, são também fatores complicadores. Além do mais, a pressão estadunidense se expressa na área israelo-palestina de forma diferenciada. As eleições palestinas em 2005 (presidencial e local) e 2006 (parlamentar) significaram ganhos democráticos. A relevância da arena palestina para o mundo muçulmano como um todo está, porém, em declínio. E suas implicações para o processo de paz são, no mínimo, ambíguas. Na Turquia, sua história de laicização, bem como sua democratização a partir dos anos 80 refletem evoluções internas. O governo democrático e pró-ocidental de Tayyip Erdogan tem raízes islamistas, sugerindo uma possível compatibilidade entre o islamismo moderno e uma orientação democrática e pluralista. Por outro lado, as pressões estadunidense, contraproducentes, antes da guerra do Iraque e o desprezo pela União Européia implicam um perigo de reação anti-ocidental.

É, portanto, possível identificar Estados onde a pressão está produzindo efeitos democratizantes *diretos* e reações contrárias – Afeganistão e Iraque –, outros onde a influência é mais *indireta* – Líbano, Egito –, e uma terceira categoria onde a intromissão tem levado a resultados *negativos* – Irã, Síria e Paquistão, por exemplo. Uma crítica freqüente ao projeto de exportação da democracia é que, ao invés de diminuir o terrorismo, fortalece-o. Se pensarmos na segurança conseguida no interior dos EUA, esta observação mostra-se, por enquanto, errada. Por outro lado, desde o 11 de setembro atentados terroristas de inspiração islamista e anti-ocidental têm sido freqüentes fora dos EUA – em Mombasa, Bali, Istanbul, Madri, Jacarta, Beslan, Londres etc. Ataques anticivis ainda mais amplos ocorreram no Marrocos, Egito, Arábia Saudita, Paquistão, etc., com o intuito de desestabilizar seus regimes pró-ocidentais. Muitos desses atos terroristas, embora não todos, estão ligados à “guerra contra o terror” lançada por Washington. É difícil separar aqui a causa e o efeito. A luta armada islamista contra a modernização, inclusive ataques fora dos países muçulmanos, antecede o 11 de setembro e a virada na política estadunidense. Não está claro se uma política estadunidense diferente teria gerado as mesmas conseqüências ou se estas teriam sido menos (ou mais) violentas.

O crescimento de sentimentos anti-EUA e anti-ocidentais no mundo muçulmano atual é inegável.³⁵ Não menos preocupante é a participação no *jihad* terrorista de integrantes da segunda geração das diásporas muçulmanas no Ocidente, hoje bem mais expressiva do que há cinco anos. Mas o processo de sua radicalização já começou antes do 11 de setembro e não sabemos quais políticas alternativas poderiam tê-la minimizado. O Iraque funciona hoje como ímã para jovens islamistas médio-orientais e europeus interessados em se juntar à insurgência. Mais uma vez, é impossível, no estado atual do conhecimento, determinar se esse fenômeno é o resultado paradoxal de uma política estadunidense equivocada ou se constitui um efeito colateral deplorável, mas inevitável, de uma guerra que grupos islamistas extremistas desejam e que teriam iniciado de qualquer forma. A Al-Qaeda e grupos afins crêem que uma guerra entre religiões (“choque de civilizações”) é inevitável. Muitos atentados terroristas islamistas são calculados para provocar uma reação ocidental violenta, numa lógica quase vietnamita ou maoísta de que reações ocidentais anti-muçulmanas radicalizarão as massas muçulmanas e as impelirão a apoiar e juntar-se à luta dos

islamistas. Se tal é a estratégia de movimentos terroristas islamistas, o projeto democrático pode ser a única resposta – por mais que sua implementação seja criticável e que o projeto se reduza a uma aposta incerta.

Deixando de lado a questão crucial da *legitimidade* de se introduzir a democracia em sociedades não-democráticas e com culturas não-ocidentais, existem sérios obstáculos à *viabilidade* do projeto. É no Oriente Médio que observamos mais claramente três contradições da Doutrina Bush – contradições não decorrentes de seus inúmeros **erros táticos**³⁶, ainda que esses erros possam ter agravado as conseqüências dessas contradições.

Em primeiro lugar, tanto a guerra contra terroristas e os regimes vilões quanto a indução da democracia são **possíveis apenas contra regimes fracos**. Uma intervenção é viável num Estado fracassado como Bósnia ou Somália, complicadíssima no caso do Irã, impensável contra uma China. Essa seletividade dá mais visibilidade às fragilidades da única superpotência do que à sua força e nutre a suspeita de que os EUA utilizem dois pesos e duas medidas. Quando os EUA derrotam um Estado fraco como o Afeganistão talebã ou o Iraque de Saddam, o desequilíbrio das forças não traz prestígio aos EUA. Quando encontra forte resistência, por outro lado, seu perfil dissuasivo sofre.

A partir da guerra do Iraque, o argumento de evitar a proliferação de ADMs ganha força. Ora, a nuclearização da Coreia do Norte, sua militarização extremada e a proximidade dos centros populacionais da Coreia do Sul e do Japão tornam quase impossível uma opção militar. É razoável supor que o regime de Pyongyang acelerou a produção de bombas atômicas e de mísseis de alcance médio para prevenir uma intervenção do tipo Iraque. A mesma lógica parece subjazer à acelerada busca de energia nuclear pelo regime do Irã, onde as oportunidades para uma intervenção militar ocidental já são estrangidas pela extensão territorial e o nacionalismo da população. Além do mais, o Irã estreitou laços com o regime ba’th sírio, outro alvo potencial da Doutrina Bush. Nesses casos, a opção estratégica de reserva é a contenção, neo-realista e execrada por neoconservadores; e ela pode não servir por muito tempo: a guerra preventiva contra a proliferação produz paradoxalmente a proliferação preventiva.

Em segundo lugar, há uma **contradição entre a guerra contra o terror e a democratização**. O problema aqui é de uma sincronização. Fukuyama prediz que uma democracia liberal capitalista produzirá menos terroristas, pois satisfará melhor as necessidades das pessoas: o mercado livre propõe escoadouros produtivos a jovens que sem isso, frustrados e sem desemprego, se deixariam tentar por ideologias extremistas; a integração econômica no capitalismo global proporcionará prosperidade; a autodeterminação e um sistema parlamentar com mídias livres permitem a resolução não-violenta de conflitos étnicos, sociais etc. A democracia convida à participação em uma sociedade de cidadãos iguais que dará a todos o reconhecimento desejado e que numa ditadura é o privilégio de uma pequena elite (Fukuyama, 1992). Análise defensável da **democracia funcionante**. Resta o problema de que a **transição democrática** é lenta e traumática no melhor dos casos, e está condicionada não apenas a regras eleitorais formais e à existência de uma série de outras precondições, entre as quais estão:

(a) a institucionalização da cidadania e das liberdades civis – liberdade de expressão e de movimento, inviolabilidade da propriedade particular, igualdade frente à lei, independência da justiça, etc. (Zakaria, 2004:119-159); e

(b) uma cultura política propícia à participação política, a busca de soluções negociadas e conciliatórias, o abjuramento da violência privada a favor de barganhas, a aceitação de todos os cidadãos, individualmente e em grupos, como participantes legítimos do processo político (Price, 1999). É óbvio que as sociedades médio-orientais carecem dessas condições e que sua implantação, se possível, só pode ser um processo demorado.

Enquanto a democratização leva muito tempo, a luta contra os terroristas e seus protetores do “eixo do mal” é urgente. Na ausência de sincronia entre as metas, é dada preferência à luta contra o terror. Portanto, implementaram-se intervenções contra Afeganistão para prender Osama bin Laden e seus protetores talebã e contra o Iraque para afastar o regime de Saddam Hussein, suspeito de colaborar com o primeiro e de preparar ADMs – embora em ambas as situações faltassem as condições mínimas para uma democratização –, mas não contra outras ditaduras consideradas como menos imediatamente ameaçadoras, a exemplo da Síria ou da Líbia.

A situação se torna ainda mais absurda quando os EUA precisam do apoio de um ditador para viabilizar a guerra contra um outro ditador ou contra terroristas. Esse era o caso com os vizinhos do Afeganistão e do Iraque. Para invadir Afeganistão, os EUA precisaram das bases no Uzbequistão e no Paquistão. Os EUA viram-se, portanto, induzidos a cortejar os líderes autocráticos desses países e a fazer vista grossa às suas violações aos direitos humanos.³⁷ Pervez Musharraf, que chegou ao poder em 1999 derrubando um governo eleito em Islamabad, é o expoente das mesmas tendências islamistas anti-democráticas e anti-indianas nas forças armadas e nos serviços secretos paquistaneses, que também ajudaram os talebã no Afeganistão e a guerrilha dos *mujahedin* na Caxemira. Sob pressão dos EUA, Musharraf abandonou essa estratégia a favor de uma cooperação contra a Al-Qaeda e os movimentos afins. Mas, em contrapartida, os EUA deixaram de aplicar pressões para a redemocratização do Paquistão. Isto deixa os EUA vulneráveis à acusação de hipocrisia e, pior ainda, enfraquece, no interior do Paquistão, as forças democráticas, empurrando-as para posições anti-ocidentais. Quem acaba se beneficiando com isso são os movimentos islamistas.

No caso do Iraque, é possível aplicar a mesma lógica à relação EUA-Arábia Saudita. Nos dois casos, a primazia dada à luta contra o terrorismo força os EUA a pactuar com regimes não-democráticos e que se legitimam através de uma leitura fundamentalista do islã, cujas forças de segurança estão em colusão parcial com grupos terroristas e cujo campo político fica dividido entre as pressões dos EUA que pedem uma maior atuação contra islamistas violentos e as opostas, de seus “*ulama*” conservadores ideologicamente anti-ocidentais e próximos dos jihadistas. O resultado pode ser uma situação *no-win*.

Em terceiro lugar, existe um campo de tensão entre a democratização e o **risco da opção popular por um governo não-democrático**. A auto-destruição democrática constitui, obviamente, uma aporia tão velha quanto a própria democracia, desde as lisonjas de Alcebiades em Atenas até a eleição legítima do governo nazista na Alemanha em 1933. A revolução iraniana, de incontestável legitimidade popular, estabeleceu, em 1979, por referendo constitucional, o governo dos aiatolás. A Argélia, em 1991, votou maciçamente no *Front Islamique du Salut* (FIS) islamista. A anunciada transformação do país numa teocracia foi evitada por um golpe militar, desencadeando dez anos de guerra civil. Paralelamente a esses casos, as intervenções estadunidense atuais em prol da democratização abrem o risco do desfecho islamista, indesejável do

ponto de vista ocidental. Não há certeza de que uma longa ocupação estrangeira, como a do Japão pelos EUA de 1945 a 1952, conduziria à implantação mais efetiva do modelo democrático do que uma transferência mais rápida da soberania, como aconteceu no Iraque em junho de 2004.

De qualquer modo, a primeira alternativa não seria mais aceitável hoje em dia. Além de limitações militares e econômicas que dificultariam uma ocupação estadunidense prolongada, o governo Bush precisa do aval da população libertada para legitimar doméstica e internacionalmente uma ocupação após a derrubada do regime vilão. No Iraque essa aprovação popular não convenceu a opinião pública internacional e as dúvidas cresceram ainda mais devido às forças de insurgência. No entanto, a transição e o atual processo de institucionalização constitucional foram pensados como meios para debilitar as insurgências sunita e islamista. A participação iraquiana na eleição da Constituinte foi suficientemente alta para que os críticos da invasão dessem uma trégua a Bush. Mas, transferindo a soberania, os EUA afastaram a possibilidade de influenciar decisivamente no resultado do próprio processo de transição – se assim não fosse, os EUA correriam o risco de aparecer como golpistas ao invés de libertadores! Até pressões mais discretas arriscam provocar um efeito *boomerang* derrotando a democracia ao invés de incentivá-la. Conseqüentemente, a lógica de seu empreendimento parece obrigar Bush, cada vez mais, a limitar a “exportação” da democracia à “facilitação” de um processo democratizante interno à sociedade. Essa é uma alternativa moralmente mais confortável, mas politicamente mais perigosa, pois o regime nascente pode adotar uma postura anti-ocidental, anti-moderno, etc. Nesse caso, como reagiriam os promotores da “exportação”? A reflexão sobre a questão deve ainda ser iniciada, exceto para os neo-realistas e a velha direita, que ridicularizam o projeto neo-conservador preferindo o “demônio conhecido”.

Conclusão

O 11 de setembro provocou uma significativa mudança de rumos na estratégia internacional estadunidense. Embora houvesse nos anos 90 tendências que já prefiguravam a virada, as descontinuidades parecem hoje maiores do que as continuidades. A ruptura foi articulada pela “Doutrina Bush” que considerou o ataque da Al-Qaeda como a expressão de uma ampla corrente terrorista dentro do islã mundial e (1) reagiu com a “guerra contra o terror”. Inovadoramente, a administração (2) vinculou a guerra contra o terror à luta contra regimes autoritários que apóiam os extremistas islamistas, (3) qualificou a coincidência deste apoio com a produção de ADMs como uma proliferação inaceitável para a segurança dos EUA, (4) concluiu que essa nova conjuntura justificava e necessitava uma guerra preventiva, se necessário unilateral e (5) associou esta guerra contra o terror à estratégia mais ampla de facilitar a introdução de governos democráticos e a modernização daquelas sociedades vistas como gerenciadoras de terrorismo. Esse pacote é de inspiração neoconservadora (ideologia anteriormente bastante marginal e cujo impacto sobre o governo Bush é ainda objeto de disputas), mas se apóia também em outros fatores políticos tais como a mudança de atmosfera nos debates acadêmicos sobre o islã e na presença de outras forças liberais

internacionalistas, reflexos patrióticos entre protestantes fundamentalistas, a pressão de lobbies étnicos, etc.

Assim, embora o presidente Bush seja pessoalmente um produto de influências ligadas à velha direita, a ascendência intelectual da nova política adotada por sua administração tem raízes bem mais diferenciadas, incluindo propostas de origem nitidamente universalistas e progressistas. Neoconservadores são, de fato, considerados “usurpadores” do manto da velha direita, a “legítima”. A ponte entre as duas correntes se faz pela reafirmação do poder global dos EUA, visto como interesse nacional “natural” pela segunda e como instrumento para melhorar o mundo pela primeira.

A nova política de Bush causou também uma ruptura na comunidade internacional. De toda forma, a aplicação do programa “exportação da democracia” tem sido inconstante em função das especificidades da relação anterior dos países-alvo com os EUA, dos erros táticos estadunidenses, das continuidades neo-realistas mitigando o efeito neoconservador e, em particular, das contradições internas ao projeto: (1) a sua limitação a regimes já enfraquecidos, (2) a tensão entre a necessidade imediata de combater o terrorismo e a longa duração que uma transição democrática implica e, por fim, (3) as incertezas quanto ao resultado da capacitação popular, incluindo os riscos de desfecho islamista anti-ocidental.

Como resultado, estamos, quatro anos depois, diante de um quadro de incerteza, com alguns avanços democráticos regionais, mas também com uma situação muito mais polarizada internacionalmente e nos EUA, sem que haja uma perspectiva clara de vitória para o modelo de modernização e de democracia pluralista. Devemos esperar para ver se essa conjuntura enfraquecerá o impacto do projeto neoconservador na política externa dos EUA.

Notas

- 1 Usamos o termo *islã* para indicar a religião e a civilização muçulmanas – cujo adjetivo é *islâmico* ou *muçulmano* –, e *islamismo* – com o adjetivo islamista – como sinônimo de fundamentalismo muçulmano, ideologia política específica, também conhecida como islã radical ou islã político.
- 2 A autoria de um grupo terrorista foi logo suposta, embora tenha demorado até que a responsabilidade da Al-Qaeda islamista de Osama bin Laden se estabelecesse de maneira definitiva. Sobre os documentos comprovando a responsabilidade de bin Laden, cf. Peter L. Bergen (2002: 231-234). Advertências sobre a possível iminência de atentados terroristas contra alvos dentro dos EUA, com armas não-convencionais, foram desconsideradas. Cf. Gaddis (2004: 74).
- 3 Cf. Discurso “State of the Union” de Bush, de 29 de janeiro de 2002, <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>.
- 4 O jornal *The Nation*, que articula freqüentemente os debates da esquerda estadunidense, publicou, logo após o 11 de setembro, a reação de Chomsky, que provocou uma áspera polêmica com Christopher Hitchens. Cf. Shatz, setembro de 2002 e semanas seguintes. O artigo de Said, “Islã e Ocidente são Bandeiras Inadequadas”, ilustra bem o desamparo da posição relativista da esquerda frente à nova situação. Cf. Said, E., *The Guardian*, 16 de setembro de 2001. O artigo de Said foi publicado em português na coletânea organizada por Emir Sader (2003: 136-138). As posições de Immanuel Wallerstein podem ser acompanhadas em seus comentários bimensais no site do *Fernand Braudel Centre*, <http://fbc.binghamton.edu/commentr.htm>. Cf. também seu “The Eagle has Crash Landed” (2002).

- 5 Kennedy mitigou depois seu pessimismo. Hoje o neorealista Charles Kupchan é o mais destacado representante da visão declinista. Cf. Kupchan (2002).
- 6 A implosão do bloco comunista aconteceu mais ou menos como havia previsto Kennan, que também preconizara uma política de paciência, apostando na fragilidade interna da União Soviética. Cf. seu artigo “The Sources of Soviet Conduct”, *Foreign Affairs*, julho de 1947, publicado sob o pseudônimo “X”. O artigo foi reproduzido em Lippmann, Walter (1972).
- 7 Outra classificação útil é proposta por Mead (2001), que distingue quatro tendências históricas: (a) os “*hamiltonians*”, ou internacionalistas econômicos; (b) “*jeffersonians*” isolacionistas; (c) “*jacksonians*”, populistas nacionalistas expansionistas; e (d) “*wilsonians*”, idealistas internacionalistas.
- 8 Michael Walzer (2003) integra a mesma linha, porém, como *communitarianist*, tende a uma reticência maior quanto a intervenções contra Estados independentes.
- 9 Dick e Lynne Cheney estavam já por mais tempo identificados com os neocons.
- 10 Além de políticos ativos no governo de Bush, destacam-se vozes mais intelectuais tais como de Francis Fukuyama e Charles Krauthammer. Seus principais veículos de comunicação são o *Commentary* e *The National Interest*.
- 11 A teoria da ascendência trotskista é defendida por Lind, Michael (2004) e refutada por Muravshik, Joshua (2003), do *American Enterprise Institute*, um *think tank* ligado aos neoconservadores.
- 12 Há, porém, também neocons democratas, como, por exemplo, Joe Lieberman.
- 13 A intervenção contra Noriega, no Panamá, foi motivada mais por preocupação com o narcotráfico do que com princípios democráticos e aconteceu no governo seguinte de Bush Sr., em 1989; abriu, contudo, o processo de democratização do Panamá.
- 14 Em 2002, Abrams foi indicado Assessor de Segurança Nacional por Bush Jr. Suspeita-se de que nessa função, Abrams tenha participado do fracassado golpe contra o presidente venezuelano Hugo Chávez. Cf. *The Observer*, 21/4/2002, <http://observer.guardian.co.uk/intational/story/0,6903,688071,00.html>.
- 15 Seu livro *The Case For Democracy: The Power of Freedom to Overcome Tyranny and Terror* foi elogiado por Bush, em 10 de janeiro de 2005. Cf. <http://edition.cnn.com/2005/ALLPOLITICS/01/10/bush.readinglist.tm>.
- 16 Cf. <http://www.newamericancentury.org/iraqlintonletter.htm>.
- 17 Kenneth Pollack, por exemplo, em *The Threatening Storm: The Case for Invading Iraq* (2002), defendeu o argumento dos ADMs, que depois seria refutado. Pollack trabalhou na CIA, no Conselho de Segurança Nacional e na Brookings Institution. O argumento dos ADMs não inclui, obviamente, nenhuma oposição à democracia, mas alguns analistas assustaram-se com a possibilidade da transformação democrática do Iraque, tendo em conta sua pré-história: na visão neo-realista, o mais importante seria evitar a fragmentação do Estado iraquiano para manter a estabilidade no Oriente Médio, mesma lógica que conduziu Bush Sr. a deixar Saddam no poder em 1991. O desfecho mais viável, segundo essa lógica, seria a continuação da dominação sunita.
- 18 Robert Tucker sugeriu, em 1975, a conquista das fontes petrolíferas da Arábia Saudita pelos EUA. Cf. Tucker (1975).
- 19 A palavra *cruzada* foi logo retirada por ter conotações infelizes; poderia-se igualmente falar de um “ *Jihad* democrático”.
- 20 Para Mead (2001: 88 e ss), os *neocons* são wilsonianos desiludidos com o potencial transformador das instituições internacionais.
- 21 Michael Novak, pensador católico próximo dos neoconservadores, explica a democracia, por exemplo, como epifenômeno do capitalismo. Cf. <http://www.michaelnovak.net/Default.aspx>.
- 22 Patrick Buchanan (2003) levanta a velha acusação sobre a “lealdade dupla”, sugerindo que os neoconservadores preferem os interesses do Estado de Israel aos dos EUA e que eles arrastam o país a aventuras desnecessárias contra o mundo muçulmano.
- 23 Robert Kagan (2003) teoriza sobre a desavença transatlântica com a fórmula “os EUA são de Marte e os Europeus de Vênus”. Mas os neoconservadores têm aliados inesperados na Europa, por exemplo, entre os “novos filósofos” franceses, como Bernard-Henri Lévy. Podemos também encaixar o analista Fareed Zakaria, de *Newsweek*, na mesma linha. Ver Zakaria (2004).

- 24 Brzezinski foi Assessor de Segurança Nacional durante o governo de Carter (1977-1980) e um dos arquitetos da estratégia de “usar” o islã radical contra a União Soviética.
- 25 Os intelectuais têm tido uma grande influência na política externa dos EUA no século XX. Uma antropóloga como Ruth Benedict influenciou a política de ocupação do Japão; psicólogos e filósofos oriundos da Escola de Frankfurt, por exemplo, influenciaram o tratamento da Alemanha pós-nazista; historiadores e cientistas políticos, como Spykman, Morgenthau, Kissinger e Brzezinski, empurraram os EUA para as posições neo-realistas dos anos 40 aos 70, Michael Ignatieff e Paul Johnson para o “neo-imperialismo” nos anos 90; e o debate acadêmico sobre as origens da Guerra Fria influenciou o movimento contra a guerra do Vietnã. Cf. Lind (2003).
- 26 O artigo de Paul Berman, “Terror and Liberalism”, foi publicado em livro com o mesmo título. Ver também Buruma e Margalit (2005) e Thomas Friedman (1999), com o famoso *O Lexus e a Oliveira*. Objectiva. Seu *Longitudes and Attitudes: The World in the Age of Terrorism*, de 2003, é uma coletânea mais recente do colunista do *New York Times*.
- 27 Sobre a correspondência entre as posições do governo Bush e as dos orientistas acadêmicos, ver GADDIS (2004: 88-91).
- 28 Entre políticos, historiadores, cientistas políticos e jornalistas tão diferentes entre si como Christopher Hitchens, Benjamin Barber, Michael Ignatieff, Niall Ferguson, Joseph Nye, entre outros.
- 29 Cf. Rose, Gideon (2005), “Get Real”, *New York Times* 18 de agosto.
- 30 Fukuyama tornou-se recentemente mais crítico com relação à invasão dos EUA ao Iraque. Ver o seu **“The Neoconservative Moment”**, na *The National Interest*, 2004, que provocou a resposta de Charles Krauthammer na mesma publicação.
- 31 Os fundamentalistas cristãos constituem provavelmente um quarto da população estadunidense e incluem as alas conservadoras das igrejas católica, o *mainstream* protestante (entre presbiterianos, metodistas, batistas, etc.), as igrejas evangélicas (pentecostais, mórmons, etc.), além de inúmeras outras seitas.
- 32 Por se tratar de uma população não-elitista e com pouca experiência em questões estratégicas, ela não pode ser assimilada naturalmente a nenhuma das quatro orientações de Mead.
- 33 Devemos aguardar para ver se a impaciência popular, que na atual conjuntura se expressa numa diminuição de apoio ao presidente, efetivamente atrapalhará o projeto “exportação da democracia”.
- 34 Que, como observa Mead, considera mais importante intimidar inimigos, “caras maus”, *bad guys* no falar de Bush, do que tranquilizar amigos e persuadir indecisos.
- 35 Cf. a pesquisa de opinião pública internacional patrocinada pela Pew Foundation, publicada 16 de março de 2004, em **“A Year After Iraq War: Mistrust of América”, *Europe Ever Higher, Muslim Anger Persists*** http://www.pewtrusts.com/pdf/pew_global_attitudes_year_war_031604.pdf.
- 36 Erros como os equívocos da inteligência (não-presença de ADMs no Iraque), a falta de planejamento e/ou de provisionamento de recursos adequados (número de soldados, finanças), etc.
- 37 Quando estas pioram a tal ponto que os EUA, sob pressão, se vêem obrigados a protestar, o resultado pode se voltar contra os próprios EUA. Foi o que aconteceu em maio de 2005 no Uzbequistão após o massacre de dezenas de civis que protestavam contra Karim Islamov e em prol da democratização do país. O governo uzbeque pediu a retirada das tropas dos EUA (CNN, 26 de agosto de 2005).

Referências bibliográficas

- ALI, Tariq (2002), *Confronto de Fundamentalismos*. Rio de Janeiro, Record.
- BERGEN, Peter L. (2002), *Holy War, Inc.: Inside the Secret World of Osama bin Laden*. New York, Touchstone.
- BERMAN, Paul (2001), “Terror and Liberalism”. *The American Prospect*, 22 de outubro.
- _____. (2003), “Terror and Liberalism”. New York, Norton, W. W. & Company.
- BURUMA, Ian e MARGALIT, Avishai (2005), *Ocidentalismo: Uma Breve História da Aversão ao Ocidente*. Lisboa, Europa-América.

- BUCHANAN, Patrick (2003), “Whose War? A Neoconservative Clique Seeks to Ensnare Our Country in a Series of Wars that are Not in America’s Interests”. *The American Conservative*, 24 de março, http://www.amconmag.com/03_24_03/cover.html
- _____. (2004) What do We Offer the World”. *Worldnet Daily*, http://www.worldnetdaily.com/news/article.asp?ARTICLE_ID=38560.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2004), *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York, Basic Books.
- COX, Robert (1981), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium* 10, pp. 126-155.
- DEMANT, Peter (2004a), *O Mundo Muçulmano*. São Paulo, Contexto.
- _____. (2004b), “Desafios Islamistas e Respostas Ocidentais: o Debate sobre o Islã e o Oriente Médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001”. VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil (ALADAAB): Brasil – África – Ásia: Dimensões de uma nova aproximação, 24-26 de novembro, Universidade de Brasília.
- _____. (2005), “A Ação Norte-Americana e a Complexidade do Oriente Médio”. *Política Externa*, vol. 13, nº 4, março/abril/maio, pp. 35-55.
- FERGUSON, Niall (2004), *Colossus: The Price of America’s Empire*. New York, The Penguin Press.
- FERNAND BRAUDEL CENTRE, <http://fbc.binghamton.edu/commentr.htm>.
- FRIEDMAN, Thomas (1999), *O Lexus e a Oliveira*. Rio de Janeiro, Objectiva.
- _____. (2003), *Longitudes and Attitudes: the World in the Age of Terrorism*. New York, Anchor Books (Random House).
- FUKUYAMA, Francis (1992), *The End of History and the Last Man*. New York, Avon Books.
- _____. (2004), “The Neoconservative Moment”. *The National Interest*, 20 de junho.
- GADDIS, John Lewis (2004), *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge (MA)/London, Harvard University Press.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Unesp.
- GRAY, John (2004), *Al-Qaeda e o Que Significa Ser Moderno*. Rio de Janeiro, Record.
- KAGAN, Robert (2003), *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, New York.
- KRAUTHAMMER, Charles (2004), *The National Interest*, 20 de junho.
- KUPCHAN (2002). *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-First Century*. New York, A. Knopf.
- LIND, Michael (2004), “A Tragedy of Errors”. *The Nation*, 5 de fevereiro, <http://www.thenation.com/doc/20040223/lind>.
- _____. (2003), “Immigrant Intellectuals and American Grand Strategy”. *The Globalist*, 4 de abril, <http://www.theglobalist.com/StoryId.aspx?StoryId=3066>.
- LIPPMANN, Walter (1972), *The Cold War*. New York, Harper Torchbooks, pp. 53-76.
- POLLACK, Kenneth (2002), *The Threatening Storm: the Case for Invading Iraq*. New York, Random
- MURAVSHIK, Joshua (2003), “The Neoconservative Cabal”. *American Enterprise Institute for Public Policy Research*, 3 de setembro, http://www.aei.org/publications/pubID.19107,filter.all/pub_detail.asp.
- MEAD, Walter Russell (2001), *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World*. New York, Alfred A. Knopf.
- _____. (2004), *Power, Terror, Peace and War: America’s Grand Strategy in a World at Risk*. New York, Alfred A. Knopf.
- PEW FOUNDATION (2004), “A Year After Iraq War: Mistrust of America”. *Europe Ever Higher, Muslim Anger Persists*, 16 de março, http://www.pewtrusts.com/pdf/pew_global_attitudes_year_war_031604.pdf.

- PIPES, Richard (2004), "Flight From Freedom: What Russians Think and Want". *Foreign Affairs*, maio-junho.
- PRICE, Daniel E. (1999), *Islamic Political Culture, Democracy, and Human Rights*. Westport, CT, Praeger.
- ROBERTSON, Pat (2002), "The Roots of Terrorism and a Strategy for Victory". Address to the Economic Club of Detroit, 25 de março, <http://www.patrobertson.com/Speeches/TerrorismEconomicClub.asp>.
- SAID, Edward (2003), "Islã e Ocidente são Bandeiras Inadequadas", in Emir Sader, (org.). *Edward W. Said: Cultura e Política*. Boitempo, pp. 136-138.
- SHATZ, Adam, "The Left and 9/11", *The Nation*, 25 de setembro de 2002.
- TUCKER, Robert (1975), "Oil: The Issue of American Intervention". *Commentary*.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002), "The Eagle has Crash Landed". *Foreign Policy*, julho/agosto.
- WALZER, Michael (2003), *Guerras Justas e Injustas: Uma Argumentação Moral Com Exemplos Históricos*. São Paulo, Martins Fontes.
- ZAKARIA, Fareed (2004), *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York, W.W. Norton.

Resumo

Após o 11 de setembro, George W. Bush empreendeu um projeto geopolítico destinado a punir os agressores, deter eventuais inimigos e transformar os Estados muçulmanos no Oriente Médio. Neste artigo, aponta-se, primeiramente, as características da "Doutrina Bush" e discute-se o quanto ela representa de ruptura com relação a políticas externas anteriores. Em seguida, analisa-se algumas fontes intelectuais dessa virada política, associada à escola neoconservadora. Na última parte do texto, examina-se algumas consequências do projeto "exportação da democracia" nos países-alvo do mundo muçulmano.

Abstract

After September 11th, George W. Bush undertook a geopolitical project which aim was to punish the aggressors, stop possible enemies and transform the Muslims states of the Middle East. First of all, this article points out the characteristics of the "Bush Doctrine" and debates how it represents the rupture as far as former external politics were concerned. Then, it analyses some intellectual sources of this political twist, associated with the neo-conservative school of thought. In the last part of the article, some of the consequences of the "Export of Democracy" project directed to countries of the Muslim world are examined.